

Therezinha de Castro

ÁFRICA

Geohistória, Geopolítica e
Relações Internacionais



BIBLIOTECA
do EXÉRCITO
EDITORA

EDITORIAL DE 1980

As obras abaixo foram distribuídas a todos os Assinantes da Biblioteca do Exército.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

ETNIAS E CULTURAS NO BRASIL

Manuel Diégues Júnior

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

(1º vol.)

General John Hackett e outros

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

(2º vol.)

General John Hackett e outros

REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI

General Dionísio Cerqueira

SENTA A PUAÍ

Cel Av Rui Moreira Lima

UMA GEOPOLÍTICA PAN-AMAZÔNICA

General Meira Mattos

OCIDENTE TRAÍDO

Jorge Boaventura

GUERRILHEIROS E TERRORISTAS

Richard Clutterbuck

HISTÓRIA MARÍTIMA

V Alte João Carlos Gonçalves Caminha

OS LUSÍADAS

Luis de Camões (Edição Comentada)

Seja assinante da BIBLIEX e receba sempre bons livros.

8

12677

ÁFRICA

Geohistória, Geopolítica e
Relações Internacionais

CHEFE DA SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Sebastião Castro

CAPA
Murillo Machado

REVISÃO
Renaldo di Stasio
Alberto de Azevedo

C355a Castro, Therezinha de

África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais.
Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [1981]

p.: mapas desd.; 21 cm. (General Benício, v. 189, publ. 510)

1. África — História. 2. África — Geopolítica. 3. África — Relações internacionais. I. Título. II. Série.

CDU 960

Direitos para esta Edição cedidos pela Livraria Freitas
Bastos S. A.

Impresso no Brasil

THEREZINHA DE CASTRO

ÁFRICA

Geohistória, Geopolítica e
Relações Internacionais



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Rio de Janeiro — RJ

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

FUNDADOR,

em 17 de dezembro de 1881,

Franklin Américo de Menezes Dória, Barão de Loreto

REORGANIZADOR,

em 26 de junho de 1937, e fundador
da Seção Editorial

Gen Valentim Benício da Silva

DIRETOR

Cel Inf Aldillo Sarmiento Xavier

SUBDIRETOR

Cel Cav Luiz Caroli

CONSELHO EDITORIAL

Militares:

Ten Brig Ref Nelson Freire Lavenère-Wanderley

nomeado em 17 de abril de 1980

Gen Div Ref Francisco de Paula e Azevedo Pondé

nomeado em 10 de outubro de 1973

Gen Div Ref Jonas de Moraes Correia Filho

nomeado em 10 de outubro de 1973

Gen Div Ref Adailton Sampaio Pirassinunga

nomeado em 8 de maio de 1958

Cel Prof Celso José Pires

nomeado em 7 de fevereiro de 1980

CMG R/Rm Max Justo Guedes

nomeado em 17 de abril de 1980

Ten Cel Inf Pedro Schirmer

nomeado em 11 de outubro de 1977

Ten Cel R-1 Carlos de Souza Scheliga (Relator deste livro)

nomeado em 25 de abril de 1975

Civis:

Prof Pedro Calmon Moniz de Bittencourt

nomeado em 28 de maio de 1975

Prof Francisco de Souza Brasil

nomeado em 10 de outubro de 1973

Prof Ruy Vieira da Cunha

nomeado em 10 de outubro de 1973

Biblioteca do Exército — Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 — Ala Marcílio Dias — 3.º andar — Centro — RJ — CEP 20 455 — Endereço Telegráfico "BIBLIEX".

APRESENTAÇÃO

Africa é uma brilhante síntese dos conhecimentos e das pesquisas realizadas pela Professora Therezinha de Castro, a respeito do continente negro.

Com rara precisão, assinala o despertar geopolítico dos povos colonizadores lançando-se em direção à África, como forma de complementarem suas bases físicas e econômicas.

Percorrendo os núcleos geohistóricos africanos destaca, à evidência, a situação encontrada pelos colonizadores quando de sua chegada às terras conquistadas.

Caracterizando a presença do europeu, descreve a ação dos colonizadores na conquista e ampliação das novas colônias, os choques de interesses, a formalização das fronteiras esboçados como recurso diplomático e a descentralização da base política das metrópoles, em razão da descontinuidade territorial.

De uma situação colonial, inicialmente definida, descreve toda uma evolução em direção à emancipação dos povos africanos, através dos diversos processos de descolonização, mostrando a atuação das lideranças negras, caracterizando as influências interferentes como a ação do comunismo internacional, tentando atraí-los para sua esfera de influência, o neocapitalismo nas relações "assistentes-assistidos", os despeitos entre os países colonizadores e as distorções decorrentes da descolonização vertiginosa, do despreparo das elites, e do artificialismo da unidade nacional de cada país e das "União" então estabelecidas.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Prólogo	11
Introdução	15
Capítulo 1 — Posição e Posicionamento	17
Capítulo 2 — Fisiopolítica	25
Capítulo 3 — O Despertar Geopolítico	37
Capítulo 4 — Núcleos Geohistóricos Africanos	45
Capítulo 5 — A Presença do Europeu	57
Capítulo 6 — Colonialismo e Pan-Africanismo	69
Capítulo 7 — Independência e Nacionalismo ..	83
Capítulo 8 — Revolução Psicossocial	97
Capítulo 9 — Evolução Política	105
Capítulo 10 — Revolução Política	117
Capítulo 11 — Relações Internacionais	161
Capítulo 12 — A África no Brasil e o Brasil na África	189
Quadro Político	205

PREFÁCIO

Sem adjetivos, em estilo enxuto e didático, sem enfeites literários ou efeitos de palavras; de modo claro, objetivo e científico; timbrando sempre pela mais rigorosa honestidade intelectual; atendo-se tão-somente aos fatos e a documentos de real credibilidade — vem a Professora Therezinha de Castro, com mais este trabalho, em que refulge de novo o seu imenso talento e a sua fecunda inteligência, enriquecer sobremaneira o nosso patrimônio cultural.

Como se a bordo de um satélite, numa altura que possibilitasse uma visão total do continente, conseguiu, melhor do que o faria um aerofotogrametrista, captar e transmitir-nos uma imagem perfeita da África; registrando-lhe, em várias dimensões, seus altos e baixos relevos, e as curvas de nível, "*radiografando-a*" no tempo e no espaço, como que calidoscopicamente, dando ao leitor destas 212 páginas, que prendem como um romance, um conhecimento completo do que de essencial se pode dizer no terreno das relações internacionais, da geohistória e da geopolítica a respeito da "ilha mundial".

Agradeço-lhe muito sensibilizado a prova de apreço que me deu ao permitir que fosse saboreando, no próprio original manuscrito, os capítulos, que fluíam a jato e de um jato, deste livro que constituirá iniludivelmente um marco nas letras científicas da nossa época.

Com particular emoção, li, reli, tornei a ler e continuo lendo esta obra única no gênero, apreciando melhor e por diversos prismas o tema fascinante; e, em consequência, também reformulando conceitos a respeito da África, que se não pode conhecer sem amar

enternecidamente; e que já visitei cinco vezes, percorrendo-a de avião ou por terra, de Alexandria a Johanesburgo; de Lourenço Marques, Beira, Limpopo, Nacala, Nampula a Luanda, Benguela, Lobito e Sá da Bandeira; de Nairóbi, Salisbury, Dar-es-Salaam a Dakar e Bissau; da ilha de Moçambique, no Índico, à do Sal, no Atlântico; do "National Park" do Quênia e da Gorongosa a Tundavala e Moçâmedes; de Cabora-Bassa e do Limpopo a Cambambe e ao Negage; de João Belo a Carmona; do Sahara ao Kalahari; do Suez ao Marrocos, — a África toda, pode dizer-se; ou melhor: todas as Áfricas!

A honra imerecida de fazer este prefácio, a que porei logo um ponto final para não mais retardar indelicadamente o encontro do leitor com a insigne Autora, foi até agora o ponto culminante de uma vida exclusivamente dedicada à pesquisa da Verdade.

Mais uma vez, à Professora Therezinha de Castro os meus agradecimentos e as mais calorosas felicitações.

Eurípidés Cardoso de Menezes

PRÓLOGO

Tradicionalmente a Geografia esteve sempre afeita a duas divisões gerais: uma "física" e outra "política". Com o transcorrer do tempo, à medida que foram surgindo outras versões especializadas, a Geografia evoluiu não somente no seu conteúdo como também em suas denominações.

Em fins do século XIX, baseando-se na necessidade de agrupar um certo número de fatos e fenômenos da vida dos grupos humanos, criava Jean Brunhes a expressão Geografia Humana. Esta continuou a se subdividir ante a coordenação dos diferentes fenômenos físicos e humanos demonstrada nos trabalhos de Alexandre Humboldt e Karl Ritter e no destaque à parte regional a cargo de Vidal de la Blache. No constante evoluir, enquanto os alemães, tendo à frente Ratzel, chegavam à Antropogeografia, os franceses, com Vallaux, criavam a Geografia Social.

Como toda classificação é falha, é natural que reinem algumas imprecisões de termos variando segundo autores, visto haver grande riqueza de interpretações.

Não há dúvida, porém, que, sendo a Geografia um patamar para onde convergem vários ramos científicos, vai receber desses diversos setores elementos que a transformam aos poucos; restando-lhe, no entanto, a solidez ante o fato de que não há estudo social que possa dispensar uma base geográfica. E, nesse contexto, é a Geografia Política que vai tratar das relações entre grupos humanos organizados no espaço ou território que eles ocupam. Assim, do mesmo modo como nenhum Estado

pode existir sem um território, nenhum território pode transformar-se num Estado de fato, sem povo.

Se em se tratando de tribos nômades já se pode falar em Geografia Política, no momento em que grupos se tornam sedentários e, sob controle de um governo, criam unidades políticas, aquela Ciência já vai tomando feições mais precisas e complexas.

O fato de haverem os limites e fronteiras tomado lugar de destaque no âmbito da Geografia Política leva, no evoluir constante, às rivalidades em territórios contestados, a zonas de influência, envolvendo episódios históricos do passado e presente. No contexto se apresenta a Geohistória para introdução e explicação da Geografia Política. É, pois, na Geohistória que se vai encontrar a gênese da formação territorial e constituição das fronteiras atuais.

As fronteiras criam, pois, no mapa geográfico uma unidade política historicamente complexa, levando tudo isso a Geografia Política a um alto grau de objetividade e desprendimento. É que não existem dois ambientes idênticos, e muito menos dois Estados inteiramente semelhantes no mundo. E como na extensão da esfera de atividades dos Estados surgem sempre os esforços para a proteção das fronteiras contra possíveis agressões, o fato leva o estudioso a outro ramo da Geografia Política — a Geografia Militar.

A Geografia Política, que pode ser considerada como termo último, senão definitivo, da História Política — é, na realidade, a sua forma presente; donde sua importância, que reflete, no espaço, a evolução do Estado, no tempo. Considerando-se o Estado como uma criação de segurança coletiva, que existe para a defesa, para a luta, a Geografia Política toma nova modalidade na Geoestratégia, reivindicada por certos setores militares como sendo de sua esfera exclusiva.

Sabendo-se que a Política se baseia essencialmente na História e que esta não dispensa a Geografia, que lhe serve de quadro, condicionando seus princípios, impõe-se então a Geopolítica. Tem esta por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a re-

sultados imediatos ou remotos. Conseqüentemente, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados deste estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade.

Therezinha de Castro

"Geopolítica do Poder Mundial" — in
A Defesa Nacional — Ano 67 — N.º 689
maio/junho-1980 — págs. 115-116.

INTRODUÇÃO

A primeira vista, a não ser para o viajante explorador ou para o etnógrafo, a África oferece menos interesse imediato ao estudioso do que a Europa ou mesmo a Ásia. É, pois, essencial salientar as particularidades de estrutura física que explicam este "menor interesse" que apresenta o continente. É da estrutura e posição que resultam as feições características. O ensinamento consistirá exatamente em explicar por que a África ainda é um continente situado à margem do mundo civilizado e os fatores que atuam no sentido de integrá-la no mundo moderno.

A primeira observação deverá ser a situação astronômica da África em relação ao equador. Em seguida, examinando o seu relevo e seu característico vale de fratura, será salientada a alta proporção de desertos.

Deste estudo preliminar resultará o fator isolamento — como um "leit motiv" em tudo que diz respeito à África. Daí decorrem: a originalidade das culturas indígenas, o atraso em relação ao padrão de civilização ocidental, o estado de sujeição político-econômica, as dificuldades de acesso comercial e as relações sociais.

Os objetivos sociais que devem ser visados no estudo da África também revelam a evolução do continente. A África ainda está no início, pode-se dizer, de sua história cultural; a África apresenta, mais do que qualquer outra parte do mundo, uma grande variedade de regimes políticos; se não são mais misteriosas, como eram, as suas feições topográficas, ainda o são os seus recursos. Por fim, a África acaba de entrar na história do mundo atual.

Carlos Delgado de Carvalho
(Geografia dos Continentes — 1943)
pág. 207

Para a manutenção da luta contra os ibéricos, os holandeses fundaram a *Companhia das Índias Ocidentais* (1602) e passaram a ocupar pontos estratégicos, criando, em consequência, o seu império colonial no século XVII. Na África apenas um ponto-chave; para dominarem a rota das Índias, *fundavam em 1652 a cidade do Cabo*.

A redescoberta da América no século XV, abrindo as rotas oceânicas, e a transformação geopolítica do continente europeu no século XVI ocasionariam, no âmbito das Relações Internacionais, a rivalidade no comércio e a expansão colonial.

A *França*, além da América, abria também suas portas para o Mediterrâneo, e daí para a *África do Norte*. Gozando de um suave equilíbrio fisiográfico, seus soberanos puderam centralizar o poder no século XVI, o que já não aconteceria com a Alemanha e Itália, que até 1870, portanto em pleno século XIX, se mantiveram divididas dentro de suas fortes heranças feudais. Assim, só no século XIX é que essas duas nações européias fixariam suas respectivas políticas africanas.

Já as *Ilhas Britânicas*, localizadas na margem do ecúmeno europeu, viam seu posicionamento mudar na era dos descobrimentos. A política continental de Felipe II, envolvendo a Inglaterra, projetaria seu cenário histórico na América; tendo sido a primeira nação a perder suas treze colônias em fins do século XVIII, *voltava-se com maior interesse para a África*.

Nessas condições, "a superação sistemática dos espaços oceânicos não partiu do noroeste da Europa e sim do sudoeste, da região de transição mediterrâneo-atlântica. Suas condições prévias foram a valorização da experiência náutica dos povos mediterrâneos e a necessidade econômica de satisfazer a demanda de produtos monçônicos... O oceano Atlântico se converteu num *mare internum*".³

No transcurso de cinquenta anos, no século XIX, a África foi, na realidade, descoberta, explorada em dife-

³ Hugo Hassinger — *Fundamentos Geográficos de la Historia*, pág. 296.

rentes pontos, e preparada para a colonização. A abertura do canal de Suez (1869) trouxe nova dimensão geopolítica ao continente, abrindo as comportas desta feita para a rivalidade franco-britânica. Daí se sucedem os conflitos entre a ocupação leste-oeste de Portugal, que não conseguiu ver unidos os seus territórios de Angola e Moçambique, mas em contrapartida, também presenciou o esboroar-se do sonho inglês de unir suas terras desde o Cabo ao Cairo.

Ante o *despertar geopolítico da África*, era convocada a *Conferência de Berlim* (15 de novembro de 1884-26 de fevereiro de 1885). Neste importante encontro ficou determinado que não haveria reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que reclamasse os direitos de soberania. Este princípio motivou a *corrida geral para a África, sua conseqüente partilha e efetiva colonização*.

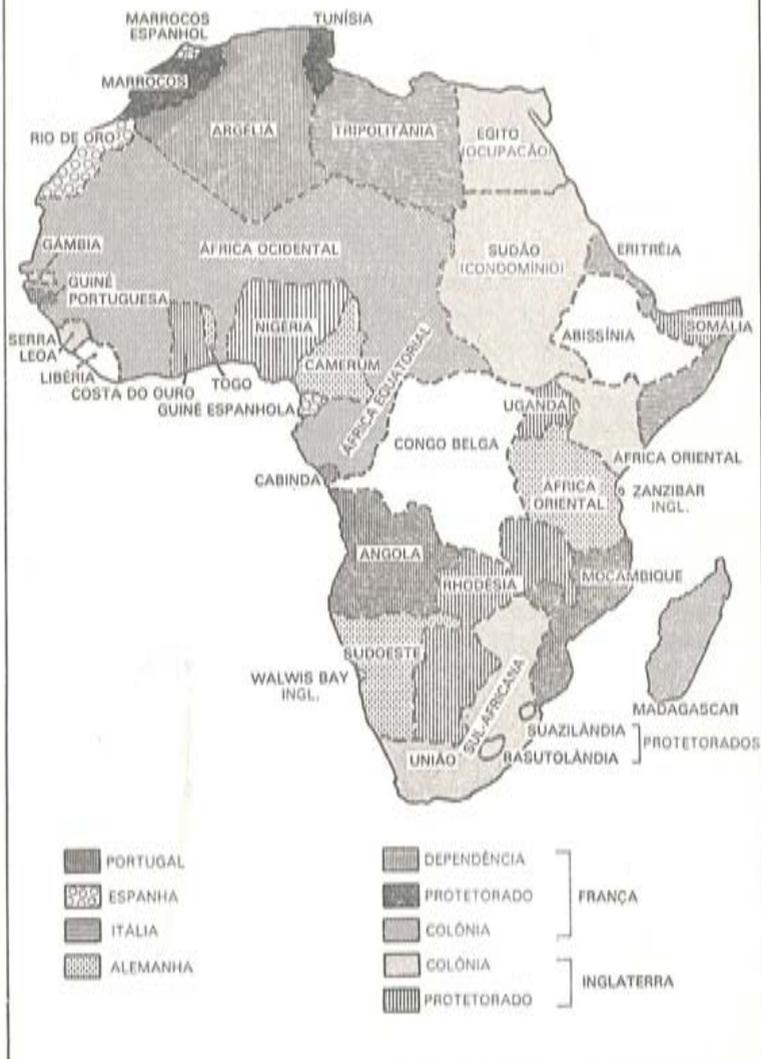
As colônias portuguesas e espanholas subsistiram; as da Espanha bem mais modestas que as de Portugal. A França e a Inglaterra se atribuíram as maiores partes do continente. A Bélgica se estabeleceu no coração congolês, enquanto a Alemanha e a Itália ocupavam posições esparsas. (Mapa 6)

São esses, pois, os elementos geohistóricos e fundamentos geopolíticos básicos da partilha e colonização do continente africano. Núcleos geohistóricos europeus mesclados numa estrutura geopolítica do continente africano iniciada no Mediterrâneo e apoiada na rota do Cabo.

ÁFRICA

PARTILHA POLÍTICA 1884-85

ORGANIZADO POR TEREZINHA DE CASTRO



NÚCLEOS GEOHISTÓRICOS AFRICANOS

A África foi o *último continente colonizado pelo mundo exterior europeu*. Quando, porém, os europeus lá chegaram, era o seguinte o quadro geohistórico; a terça parte do norte do continente pertencia à civilização muçulmana, enquanto em dois terços do sul grande número de africanos estava organizado em Estados-Comunidades.

Não nos podemos esquecer, no entanto, que, durante cerca de 1.500 anos transcorridos desde a fundação das colônias fenícias no norte da África (século VIII a.C.), dentre as quais teve especial destaque Cartago, até a conquista árabe (século VII d.C.), a maior parte dos africanos estabelecida no norte pertencia à civilização mediterrânea. Civilização que, como a dos próprios egípcios, não se limitou apenas ao vale do Nilo.

A *ocupação da África do Norte pelos romanos* é considerada por alguns estudiosos como mero incidente histórico; mas, em contrapartida, além de manter essa faixa africana na esfera da civilização mediterrânea, veio a *facilitar a propagação do cristianismo*. Santo Agostinho, por exemplo, era um bérbere líbio educado em Cartago.

O poderio romano começará a decair nos séculos IV e V. Como consequência, foi favorecida a invasão dos grupos bérberes nômades, e o norte da África, que estava sob administração política organizada, se esfacelou; situação que se tornou ainda mais crítica com a chegada

dos vândalos provenientes da Espanha (século IV). É este o fim do primeiro período da época mediterrânea no norte da África, que se estenderá até 639 d.C., quando *entram no Egito os primeiros convertidos ao islamismo*.

O norte da África passava então a ser parte sólida do novo mundo de cultura islâmica, que se estendeu até a península Ibérica. O cristianismo foi praticamente eclipsado pelo islamismo, sobretudo entre os nômades do Maghreb. No Egito, porém, tendo em vista as influências helenísticas-bizantinas, o cristianismo copta¹ subsistiu como religião da minoria.

Quer por pressões políticas, quer por pressões econômicas, o islamismo foi se infiltrando através do Sahara, atingindo em cheio as populações negras subsaharianas, não apenas do Sudão, mas também as do ângulo saliente da África Ocidental.

Na África, no momento em que o *camelo* era introduzido no Egito, revolucionava-se a situação do Sahara Central e Ocidental. Povoavam-se alguns *oásis que floresceram como pontos de passagem* nas rotas das caravanas, à semelhança das feiras de gado do interior do Brasil.

As *caravanas*, que comerciavam o sal, penas e plumas de avestruz e outros produtos do deserto, criaram os oásis, mas jamais conseguiram, mesmo quando algumas tribos se tornaram sedentárias, unificar-se. Os vastos espaços despovoados e os isolados grupos sociais fizeram, pois, do *Sahara uma região de dispersão*. Fato explicado: eram tão escassos e uniformes os recursos que não havia base geohistórica para o estabelecimento da reciprocidade.

Na zona equatorial africana, a mesma situação: nenhum grande Estado de longa duração se implantaria. Os *nativos da selva, isolados de seus vizinhos pela mata*

¹ A Igreja Copta se havia desligado da ortodoxa melquita mantida pelos bizantinos (451), por condenar o ponto de vista monofisista sobre a natureza de Cristo. Passara então a religião copta a ser parte integrante da vida popular egípcia; o próprio termo "copto" era sinônimo de "egípcio".

cerrada, sobreviveram dentro de verdadeiro mosaico étnico com suas linguas ou dialetos próprios e seus costumes peculiares.

Nos *bordos da floresta*, ainda pouco conhecidas são as ruínas das cidades saos, evocando misteriosa civilização que se desenvolveu no sudeste do lago Tchad e que, segundo seus vizinhos, os kotokos,² era constituída por homens gigantes, de força prodigiosa, que os atemorizavam.

Afirma-se que foram *os saos* os construtores das muralhas de *Kano*, uma das sete cidades dos haussás, situadas entre o lago Tchad e o rio Níger. (Mapa 7.) Segundo a lenda, essas cidades haussás do *Reino de Kanem* foram fundadas por um descendente da Rainha Daura e seus seis filhos.



² Observe-se que, entre nós, o termo "cotoco" significa pequeno.

Os haussás praticavam a agricultura, o artesanato do cobre e do ferro, trabalhando tecidos coloridos de lã. Antes da invasão dos songhói os haussás se haviam convertido ao islamismo e viviam em guerras entre si, pois, à semelhança dos nômades do deserto, jamais formaram um Estado, vivendo, como os gregos antigos, em *Cidades-Estado*.

Os *peuls* conservaram sua originalidade na região das savanas; habitavam desde o Futa-Foro no Senegal até o Futa-Djalón na Guiné, estendendo-se até Adamaua no Camerum. Seus traços físicos, bem diferentes dos demais povos negros da região, trouxeram-lhes origens bem fantasiosas, dando-lhes ascendência judaica, hindu ou persa.

Passada a sua fase de nomadismo no Futa-Foro, os *peuls* se instalaram em *Massina*, ao norte do Níger (século XV), até constituírem o primeiro de seus sete Estados, no Futa-Djalón.

No século XIX, *Usmane Dan Fóbio*, homem de ciência mas exaltado chefe *peul* convertido ao islamismo, pregou a guerra santa contra as cidades haussás; os *peuls* foram então se apoderando de *Zaria*, *Katsena* e, finalmente, de *Kano*. Quando Heinrich Barth visitou *Kano*, em meados do século XIX, já encontrou os haussás em pleno declínio, dominados pelos *peuls*, que forneciam cerca de 5 mil escravos por ano aos negreiros que abasteciam a América.

Tidos como povos das selvas, os *akans* e *iorubas* tiveram seus núcleos geohistóricos nos limites setentrionais dessas áreas impenetráveis. *Bono* e *Banda* foram os primeiros Estados organizados pelos *akans* na zona fértil do norte da selva na Costa do Ouro (atual República de Ghana), provavelmente por volta do século XIII. Ao se expandirem, os *akans* evitaram a selva, circundando o vale do Volta, onde então atravessaram as pradarias.

Ifé foi o núcleo geohistórico ou pelo menos o ponto de dispersão dos *iorubas*, como também da *dinastia histórica do Benin* (atual nome do Dahomé). No entanto *Oyo* foi o Estado *Ioruba* que manteve desde o século XVII a primazia política, tendo seu centro no norte da selva.

O cavalo era o símbolo do ritual de poder para os governantes do Benin, e a capital deste Estado estava bem afastada da floresta, onde a cavalaria não podia ser útil. Esse fato sugere, pois, que *os chamados fundadores dos Estados da Selva procediam originariamente da savana.*

Esses povos mantinham *um caráter notadamente urbano*, muito embora a sua economia se baseasse na *agricultura*. Assim, a população vivia numa espécie de colônia compacta em torno das casas do rei e seus funcionários; durante o dia saíam de suas casas para o trabalho no campo. Como autêntica representação geohistórica das unidades básicas de parentesco, essas colônias variavam desde os mais simples povoados às grandes cidades; algumas das grandes cidades, as mais importantes, possuíam até mesmo bairros separados, onde viviam estrangeiros, notadamente comerciantes.

O núcleo estatal ioruba era muito semelhante ao dos haussás. Rodeadas por muralhas, muitas dessas cidades se mantiveram longe da curiosidade do explorador europeu até o século XIX. As do Benin foram exceção, tanto assim que um observador holandês compara uma delas com cidade de seu país. "A cidade dá sensação de ser muito grande; quando se penetra nela, se caminha por uma rua muito larga, não pavimentada, que parece ser sete ou oito vezes mais larga que a Rua Warmoes de Amsterdam; que continua reta até o final e nunca se encurva... Na porta, através da qual entrei a cavalo, vi um altíssimo baluarte, de grossos muros de terra, com alicerces muito largos e profundos... Passada essa porta, há um grande subúrbio; quando se está na rua antes mencionada, vemos muitas ruas grandes ao lado desta, que também são retas. As casas nesta cidade estão em boa ordem, próximas umas das outras e no mesmo nível, como as da Holanda... Suas habitações são quadradas, com telhado que não se fecha ao centro, por onde entra a chuva, o vento e a luz, e ali dentro descansam e comem, mas têm outros compartimentos, como cozinhas e outras dependências. A corte do rei é muito grande, estando dentro de muitas praças quadrangulares rodeadas por galerias que estão sempre vigiadas. Penetrei tanto para o interior da corte que, através de quatro

grandes praças, sempre que olhava, via uma porta atrás da outra, que conduzia a diferentes lugares. Cheguei tão longe como nenhum outro holandês; cheguei até o estábulo, onde estavam os melhores cavalos. Parece que o rei tem muitos soldados; também tem muitos cavaleiros que, quando vêm à corte, montam os cavalos. São vistos muitos escravos na cidade, que levam água, o fiame e o vinho de palma, que dizem ser para o rei; muitos levam erva para os seus cavalos; tudo isso é para a corte.”³

Entre os desertos ao norte e ao sul e a selva propriamente dita, *as grandes extensões das savanas formam a maior parte da África negra*, que até o século XVIII era desconhecida dos europeus; estes ainda se limitavam praticamente a circunavegar o continente, para atingir o Oriente. Sendo mais pródiga a natureza da savana, que durante a estação seca pode ser atravessada facilmente em todas as direções, *se desenvolveram na área Estados indígenas de considerável força militar e política*. No entanto, sendo difícil manter um Estado militar com fronteiras estáveis — e poucas foram as fronteiras delimitadas dentro da zona das savanas —, sabe-se que *geopoliticamente as unidades aglutinadas tiveram que se subdividir*.

Foram justamente esses Estados militares que *transformaram a escravidão numa enfermidade endêmica na África negra*. Vemos assim que as guerras e algaras para obtenção de escravos já existiam antes da chegada dos europeus, pois já se haviam criado na África as *zonas de refúgio nos pântanos, vales fechados ou mesmo desertos*. Exemplificam-se assim os casos: dos *boshimanos* impelidos para o Kalahari; dos *hotentotes* lançados para as zonas secas do sudoeste; dos *sudaneses* que, para auto-defesa, estabeleceram uma política de solidariedade raramente vista na floresta.

Mas *a civilização original sudanesa*, que se estabeleceu entre a floresta equatorial e o Sahara, não teria subsistido não fosse a mais preciosa de suas riquezas — o *ouro*. O chamado centro de civilização sudanesa se

³ Citado por Roland Olivier e J. D. Fage — *Breve História da África*, págs. 116 e 117.

estendia através de toda a África Subsahariana, desde o mar Vermelho até a foz do Senegal, desde as fontes do Nilo até a Rhodésia. A menção mais antiga a respeito de um grupo pertencente a essa civilização é sobre o *Reino de Ghana*, que os portugueses chamavam, pela sua riqueza, de *Costa do Ouro*; a região é também qualificada em textos árabes como o país desse metal precioso. Assim, embora o Sudão tenha sido o principal fornecedor de ouro ao mundo mediterrâneo antes da redescoberta da América, acredita-se que o produto vinha das fontes do Senegal.

Ghana era então o título dado ao soberano desse Reino, que tinha em *Kumbi* a sua capital. Destruída em 1240, *Kumbi*, que se localiza onde hoje se encontra *Kumbi Saleh*, a 350 km ao norte de Bamako, devia ter cerca de 30.000 habitantes. Toda construída de pedras, numa extremidade de *Kumbi* se encontrava a residência real, e na outra, a uma dezena de quilômetros, o quartelão dos comerciantes muçulmanos.

Já o *Reino do Mali*, com capital em *Mali*, tinha dois grandes centros em *Tumbuctu* e *Djené*, que se destacavam não somente por causa do comércio, mas sobretudo pela elite letrada, protegida pelo rei, que importava livros do Maghreb.

Sabe-se que foi intenso o comércio transahariano entre o Mali e o Mediterrâneo. E, convertida, a população desse Reino ao islamismo, o soberano *Gongo Mussa*, que reinou de 1307 a 1332, fez uma peregrinação a Meca quando, pelo fausto ostentado, impressionou vivamente os habitantes do Cairo.

O Reino do Mali desapareceu com as incursões dos *tuaregues*, vindos do norte, e dos *songhóis*, provenientes do norte do atual Benin. No *Reino do Songhói*, os soberanos também se converteram ao islamismo. Sua cidade de *Gao* foi outro centro comercial e intelectual importante, sobretudo quando *Mamadu Turé*, fundador da *dinastia dos Askia*, estabeleceu o seu exército regular. Pela demonstração de sua força, no momento em que realizou uma peregrinação a Meca, obteve o título de

kedive do Sudão. No entanto, não conseguiu vencer os mercenários espanhóis enviados pelo sultão do Marrocos, que se apoderou de Gao no século XVI.

Os Reinos de Ghana, Mali e Songhói são os mais conhecidos, muito embora existam menções a outros Estados da Selva, sobretudo o de Kanem.

Um escritor árabe do século X, Al-Muhallabi, fala de *Zaghawa*, que governava Kanem, como sendo um dos mais importantes entre os reis da região. Suas terras se localizavam a uma distância de dez dias do Reino de Nuba, ao norte do Alto Egito. Descreve a cidade de Kano com casas de gesso, inclusive a fortaleza do rei. Esse rei era respeitado e adorado, imaginando o povo que ele não se alimentava. "A comida era introduzida secretamente em sua casa e se, por acaso, um de seus súditos passasse pelos camelos que a levava, teria que ser morto imediatamente. Tem absoluto poder sobre seus vassallos e recolhe o que deseja em suas possessões. Seus rebanhos se compõem de cabras, camelos e cavalos. Em suas terras se cultivam principalmente o milho, o feijão e o trigo. A maioria do povo é baixa e se cobre com peles. Passam o tempo cultivando e cuidando de seu rebanho, sendo sua religião o culto de seus reis, porque crêem que eles lhes dão a vida e a morte, a saúde e as doenças."⁴

Por sua vez, o geógrafo Al-Masudi, de Bagdad, viajando pela África Oriental, conta que em 922 d.C. assistiu ao embarque de ouro que ia de Sofala para Oman e dali seguia para a Índia e China. Esse ouro era exportado por Moçambique, mas provinha de um *outro Estado de origem sudanesa localizado no sul da Rhodésia*. O rei todo-absoluto era "o filho do Grande Chefe, o deus da Terra e do Céu". Acredita-se que esse povo tenha sido o responsável pela construção do grande *Zimbabwe* em data aproximada do século IX.

Essas monumentais ruínas se encontram a cerca de 30 km de Fort Victoria. Toda construída em granito, a aldeia de Zimbabwe, cujo nome parece derivar de

⁴ Citado por Roland Olivier e J. D. Fage — Ob. cit., págs. 46 e 47.

"dzimba woye", que significa casas veneradas, não parece ter sido apenas uma fortaleza, mas sim um misto de centro religioso e comercial por se encontrar na rota das minas de ouro do Matabeland e o Indico.

No século XVI, já os portugueses mencionam essas ruínas, cujo povo, parece, uma vez esgotada a região de onde se extraía o ouro como também o cobre, o sal e talvez até o algodão, migrou para a região do Zambeze, onde fundou o Reino dos Monomatapas.

Os arqueólogos belgas encontraram nas margens do alto Lualaba vastos cemitérios datando aproximadamente dos séculos VIII e IX d.C. Os estudos mostram que *um outro Estado sudanês aí estabelecido já explorava o cobre das minas do Katanga* (atual província zairense do Shaba), dada a grande quantidade de jóias confeccionadas com este metal encontradas ao lado de pequenos lingotes em forma de "h", ao que parece usados como moeda.

Num estudo conjunto desses *Estados sudaneses* podemos concluir que eles manifestam *um acervo de idéias políticas comuns*; idéias que são pré-muçulmanas e pré-cristãs, tendo em vista serem rigorosamente contrárias aos princípios das duas religiões, que só posteriormente chegariam à África.

É bem viável ainda que o *núcleo geohistórico dos Estados sudaneses* tenha sido o vale do Alto Nilo e que daí, em épocas ainda não determinadas, se expandiu esse povo para dar origem às diversas unidades geopolíticas.

A característica básica da civilização sudanesa foi a incorporação desses povos a Estados com instituições tão semelhantes que levaram os estudiosos a lhes darem uma origem comum.

Todos os Estados sudaneses eram *governados por um rei com caráter divino* e conseqüentemente dotado de poderes sobrenaturais. Como ser divino, o rei não podia ter morte natural, e, assim sendo, quando lhe vinha a enfermidade ou estava muito velho, apressava-se-lhe a morte por meio de asfixia ritual ou então por um veneno. O cadáver real era então embalsamado, e nas cerimônias fúnebres que se seguiam eram sacrificadas pessoas

previamente escolhidas para compor do outro lado da vida a corte do rei. Com a tribo ficavam as relíquias desses reis, em geral constituídas por unhas ou cabelo.

Todos os *grandes rituais* desses povos sudaneses só podiam ser realizados na fase da lua nova; mantinham todos o *fogo sagrado* cuidadosamente vigiado, por ser ele o símbolo da vida e autoridade real. Em torno dessa autoridade real vivia um grupo de funcionários que era maior ou menor, dependendo da prosperidade local.

Conclui-se, ainda, que esses Estados tiveram, de um modo geral, um *crescimento parasitário com base econômica nos grupos agrícolas*, muito embora alguns se tenham dedicado também à mineração e ao comércio. Podemos pois dizer que a África negra, antes do período industrial, possuía uma *civilização urbana artesanal e comerciante análoga*, em seus fundamentos, às cidades medievais européias.

Antes da chegada dos europeus, os diferentes grupos negros mantinham rotas de comércio unindo cidades e povoados. Procuravam, porém, os mercadores ambulantes evitar os terrenos difíceis, como terras pantanosas, de montanhas ou de florestas. O comércio a longa distância se apresentava, em geral, na razão direta do posicionamento de um grande Estado.

Via de regra, *as comunidades negras eram auto-suficientes*, produzindo para as suas necessidades básicas. Assim, o comércio de longa distância se constituía em geral de objetos de luxo, que só as classes mais ricas podiam comprar. Ou então, esses carregamentos vindos de longas distâncias consistiam em tributos de um Estado vassalo ao outro, geralmente ouro ou nozes de cola, que se passaram para o comércio internacional com a chegada dos europeus.

Foi a linha de Estados militares africanos que mais serviu, de início, aos europeus, fornecendo-lhes os escravos que trouxeram para a América. Por sua grandiosidade, o tráfico de escravos para a América não pode ser comparado ao bem mais modesto tráfico mediterrâneo, que forneceu, durante a Idade Média, braços cativos para a Europa e países muçulmanos.

As cifras de negros vindos para a América são imprecisas, muito embora venham sendo avaliadas entre 15 e 20 milhões de pessoas. Segundo Jacques Maquet,⁵ tal perda demográfica não poderia deixar de produzir graves conseqüências sobre aquelas sociedades cuja população não era, nem tão numerosa, nem tão densa.

Tal sangria ocasionaria, em contrapartida, uma queda econômica equivalente à demográfica, visto que “a situação alteraria profundamente as culturas desses grupos africanos, que, sobretudo na costa, procuravam os escravos para os negreiros europeus”. Abandonadas suas atividades econômicas, pacíficas, *as guerras vão se multiplicar na África*, tomando, mesmo, características sanguinárias. Lutava-se, então, por tudo, afirma Jacques Maquet, “não apenas para se fazerem cativos mas também para defenderem sua liberdade e sobretudo sua própria vida”. A organização social se desfez, pois “a distância entre os governantes e seus súditos inferiores, que podiam ser eventualmente vendidos, começou por diminuir”. Não se respeitava mais, já no auge do comércio negreiro, quem era rei ou súdito; todos podiam ser apresados. Assim, o “respeito à vida diminuiu, enquanto as execuções e os sacrifícios cruéis se multiplicaram”.

Foi também esta linha poderosa de Estados militares africanos que *tentou posteriormente bloquear a penetração dos exércitos europeus no continente*. Surgiram então os novos refúgios em plena selva, cujos chefes negros indicavam a razão básica de seu êxito inicial no ditado — “a selva é mais forte que o canhão do homem branco”.

Tal fato, porém, não se concretizou — a África seria conquistada pelo homem branco europeu.

⁵ *Les Civilisations Noires (Histoire, Techniques, Arts e Sociétés)*, páginas 239 e seguintes.

A PRESENÇA DO EUROPEU

Conquistada inicialmente no litoral, os *principais pontos-chave* ficaram nas mãos dos portugueses, espanhóis e posteriormente dos holandeses. Mas, antes mesmo que o interior africano viesse a ser conquistado, os melhores trechos litorâneos já haviam passado para o controle da França e da Inglaterra. No século XIX, finalmente, no momento em que seria feita a partilha, embora com atraso de vários séculos, a Alemanha, a Itália e a Bélgica conseguiam também suas fatias territoriais.

Com a *invasão árabe no norte da África*, o continente, além de se incluir parcialmente na civilização islâmica, também não perdeu contacto com a Europa cristã. Seria, porém, nos séculos XV e XVI que a África haveria de receber um novo surto europeu mediterrâneo através da Espanha e Portugal.

Inicialmente, não eram os *escravos* as peças mais procuradas na África, pelo menos até o século XVII. É fato que a África não produzia os artigos de que a Europa pré-industrial necessitava — sedas, perfumes, açúcar e especiarias. Por outro lado, os africanos, contrastando com os asiáticos, também não estavam em condições de produzir tais produtos para exportação. Assim, enquanto a África Oriental se mantinha, neste período inicial, como simples ponto de escala e apoio nas viagens para as Índias, a África Ocidental oferecia em pequena escala a *pimenta, o ouro e, sobretudo, o marfim*. Por isso,

a costa do *golfo da Guiné* foi até o século XVII o *principal foco econômico de interesse europeu*. (Mapa 7.)

A partir do século XVII, a África Ocidental entrava no regular *comércio triangular* com a Europa e a América, fornecendo escravos para a colonização americana. Recebiam os sobas ou régulos, fornecedores de escravos para os negreiros, além de quinquilharias, também as recém-inventadas armas de fogo, que iriam interferir no equilíbrio do poder em muitas regiões africanas.

Esse comércio escravagista atingiria o auge no século XVIII, quando os holandeses, os franceses e os ingleses entraram no mercado competitivo do açúcar, estabelecendo suas colônias na América, as quais passaram, ao lado do Brasil, a exigir sempre maior número de mão-de-obra escrava.

Os holandeses, substituindo os portugueses na Costa do Ouro, foram praticamente os pioneiros deste tráfico intenso. Tal monopólio holandês, porém, iria provocar a hostilidade inglesa e francesa.

A Inglaterra, no decurso do século XVIII, iniciou a fase de seu poderio marítimo, mantendo contra a França, por mais de 125 anos, uma série de guerras, que principiaram ameaçando a hegemonia francesa na Europa e terminaram com a formação de um vasto império colonial britânico. Foi, sem dúvida, em função da política européia do século XVIII, que, virtualmente, todo o continente americano situado acima do rio Grande del Norte deve o fato de ser inglês pela língua, costumes e leis.

Foi nesse mesmo século XVIII que, em função da rivalidade franco-britânica, se fez presente no Mediterrâneo uma esquadra inglesa, de suma importância na proteção do comércio marítimo e para sorte de toda a Europa Meridional.

Selava-se, também, ao se iniciar o século XIX, a mudança de atitude com relação à África, quando, no Congresso de Viena (1815), conseguia a Inglaterra, dos holandeses, o estratégico posicionamento na Colônia do Cabo. A partir daí, no decorrer de mais ou menos meio século, as associações científicas e exploradores das mais diversas nacionalidades começam a vasculhar o interior do continente africano, preparando-o para a colonização.

Concluimos, pois, que, no momento em que as nações vencedoras de Napoleão se reuniam em Viena, para nova partilha política da Europa, a América se separava dos países ibéricos e a África passava a ser encarada mais conscientemente. Até então, só o litoral africano estava sob controle europeu, através de algumas feitorias, notadamente portuguesas e espanholas.

A *descoberta do interior africano* se caracterizou, em especial, pela *busca das nascentes dos grandes rios*; buscas essas que se iniciaram pelas expedições terrestres, com base de partida em algum ponto da costa que oferecesse mais fácil acesso ao interior. Foi o caso da descoberta do alto Níger, realizada quando se conseguiu atravessar o Saara. Seguiram-se as mesmas aventuras em busca das nascentes do Nilo e do Zambeze, sendo que a cena final do drama da exploração do "hinterland" africano teve como palco o Congo, em fins do século XIX. Desvendaram, pois, as grandes explorações africanas a unidade de cada sistema fluvial, seguindo-se rio abaixo até a foz. Em fins do século XIX, o sistema hidrográfico africano já era conhecido, advindo então a necessidade de se explorar o continente.

Aguçara-se o desejo dos Estados marítimos europeus em estender suas possessões coloniais; desejo baseado numa reação provocada pela *necessidade de obter matérias-primas para a Europa, que se industrializava*. Mas essas matérias-primas, que uma vez industrializadas iriam abastecer os novos mercados da América independente, tinham que ser obtidas com segurança em regiões de situações políticas instáveis ou pouco simpáticas ao branco europeu. Nessas condições, *foi necessária a partilha política da África* para que se resolvesse não só aquele problema econômico, mas também o político, visto que já eram muitos os conflitos de ocupação entre os próprios europeus. Assim, "o ano de 1870 pode servir de data-fronteira para distinguir a África ainda não aberta do continente convertido em cenário das mais agudas rivalidades entre nações européias".¹

¹ Richard Pattee — *Portugal na África Contemporânea*, pág. 2.

Eis a razão da *Conferência de Berlim* (1884-85), cuja tônica foi o princípio de que não haveria o reconhecimento da posse sem a efetiva ocupação do território. Deixava de prevalecer o direito histórico, findava-se o antigo sistema do Pacto Colonial. O despertar da África seria, pois, missão européia como havia sido o da América; despertar que teria origem numa larga campanha contra a escravatura e o desejo de se fazer alguma coisa para pagar aquele mal feito à África. Por isso, foram os *missionários* os primeiros a seguir para a África. O problema se tornaria, no entanto, de caráter geopolítico, já que, com o *movimento das nacionalidades*, nações perderam territórios que se tornaram nações na Europa. Foi o caso da independência da Bélgica, desligada da Holanda; foi o caso também das unificações da Alemanha e da Itália, que em blocos sólidos, definidos, mostraram que o *espaço vital só poderia ser obtido, a partir de então, fora do continente europeu*.

A semelhança do que ocorrera na América, a conquista político-territorial da África iria provocar uma série de *conflitos*. Entre a França e a Itália, no norte da África, quando se tratou da integração dos *oásis saharianos*. Por ocasião da abertura do *canal de Suez* (1869), tinha início a rivalidade franco-britânica pela posse da nova chave entre a Europa, Índia e Extremo-Oriente; o *incidente de Fachoda* (1898) quase provocou uma guerra entre a França e a Inglaterra, que não se realizou, proporcionando, porém, a hegemonia britânica no vale do Nilo.

Nova área de fricção franco-britânica se formaria no *lago Tchad*; este fato subtrairia da França a posse hegemônica sobre a África Ocidental, visto que territórios estratégicos desta área, a começar pela Nigéria, Togo e Camerum, cairiam o primeiro nas mãos dos ingleses, ficando os dois últimos com os alemães.

A África Oriental foi completamente partilhada entre ingleses, franceses e alemães. Os italianos, a despeito de conservarem a Eritrêa e parte da costa somali do Índico, em derrota fragorosa sofrida ante os nativos em Adua, não conseguiram anexar a Abissínia (atual Etiópia).

Na zona em que a África vai sofrendo maior estreitamento, onde os alemães ocupavam na parte ocidental o chamado Sudoeste (atual Namíbia), enfrentaram-se os estabelecimentos portugueses, caracterizadamente litorâneos, de Angola e Moçambique com o vértice sul, também marítimo, da Colónia do Cabo, que a Inglaterra obtivera da Holanda, no Congresso de Viena (1815), em troca da Bélgica.

Desenvolvendo ativa política imperialista, os ingleses fizeram *guerra aos boers* (descendentes de holandeses da cidade do Cabo), conseguindo, após vários anos de luta (1867-1902), colocar as Repúblicas do Transvaal e Orange como suas vassalas.

Continuando a marcha para o norte, via interior, chegava Cecil Rhodes à Rhodésia. Chocam-se aí os *interesses luso-britânicos*. Do lado do Atlântico, Portugal dominava as embocaduras do Zaire (Congo), do Cuanza e do Cunene; no setor do Índico se posicionava na foz do Limpopo, no delta do Zambeze e no curso do Rovuma; e desejava por isso unir, pelo "hinterland", seus territórios de Angola e Moçambique. Por sua vez, a Inglaterra, já ocupando a Rhodésia, pretendia pôr em prática a união ferroviária Cabo-Cairo visto já terem sido também localizadas as nascentes do Nilo.

Nenhuma das conexões leste-oeste ou norte-sul se concretizou. Pois se a Inglaterra ameaçava com ultimatum (janeiro de 1890) a Portugal, nesse núcleo equatorial africano já se havia instalado desde 1885 o *Estado Livre do Congo*, com o rei dos belgas como soberano. "O despertar colonial de Portugal no momento do 'rush' africano é um dos episódios mais dramáticos de sua história. Sai o país justamente de longas lutas internas para tomar, na exploração da África Central, um lugar de primacial importância. O país tinha realmente o direito de esperar que as outras potências o ajudassem nesse esforço de reconstrução... mas topou com as ambições de Leopoldo II e os planos de Cecil Rhodes."²

² Pierre Renouvin, Edmond Fréclin e Georges Hardy — *L'Époque Contemporain: La Paix Armée et la Grande Guerre*, pág. 325.

Concluimos, pois, que o desenvolvimento do comércio ultramarino implicou na formação das *marinhas mercantes*; para controle e manutenção dos entrepostos e empórios comerciais houve um aumento das *marinhas de guerra*; e, finalmente, com a chegada do colonizador europeu à América e África, o domínio do mar se evidenciou como parte integrante do poderio marítimo. Os portugueses, pioneiros dessa fase de comércio ultramarino, foram, tanto quanto os árabes, que já encontraram em terras africanas, considerados como invasores. No entanto o segredo do êxito dos portugueses vai se basear no fato de terem tido nos árabes os seus primeiros rivais; rivais que eram mais comerciantes do que guerreiros, enquanto os portugueses, herdeiros das tradições da marinha mediterrânea, associavam o comércio à guerra.

Outro fator do sucesso português residia na unidade política que norteava o Reino de Portugal, contrastando com o divisionismo árabe que, além disso, nenhuma assistência recebia de seus diversos países esfacelados pelos turcos muçulmanos.

O gradativo enriquecimento da burguesia portuguesa e seus conseqüente desinteresse pelo comércio; ao lado da implantação do poder administrativo espanhol na cidade de Madrid, e subseqüente interesse pela política mais européia que ultramarina, indicam-se como fatos determinantes da perda da hegemonia marítima dos ibéricos. De tudo, porém, uma grande premissa nos mostra que o "poderio marítimo" não se poderia ater unicamente ao emprego de forças navais no setor estritamente militar, mas também no desenvolvimento da navegação comercial.

Concluimos ainda que, tendo em vista a *ocupação dispersa e vagamente definida de territórios costeiros africanos*, ao largo de cerca de 21.000 km², tal como ocorre hoje, guardadas as devidas proporções, com a Antártica, a partilha política teve que se realizar, e para tal se reuniu o Congresso de Berlim.

A fase de exploração científica terminou, e logo trataram as nações de sua *exploração utilitária*. A partilha se tornou urgente, sobretudo quando ficou paten-

teado o valor dos recursos africanos no setor mineral (ouro, diamante, cobre, carvão, manganês, cromo); recursos bem mais cobiçados que se vieram juntar ao azeite de palma, ao café, ao algodão, à borracha e ao cacau, estes dois últimos já produtos transplantados da América.

Assim, tanto no setor mineral quanto no agrícola, tornavam-se necessárias as inversões que se faziam nessa época incorporadas à vida diária do mundo. No âmbito, pois, das Relações Internacionais, a única solução para a África era a da *partilha política que a transformaria numa autêntica "colcha de retalhos"*. (Mapa 6)

Mas esse mesmo mundo europeu procuraria reduzir ao máximo as fricções provocadas no âmbito das Relações Internacionais quando da conquista da África. Observou então o europeu que a *segurança do branco* dependia em grande parte de sua união contra o negro. Nessa conjuntura psicossocial podemos observar que só por duas vezes os reajustes territoriais provocaram guerras; a primeira foi a dos boers (entre ingleses e descendentes de holandeses na África), e a outra a Primeira Guerra Mundial, que apresentou entre as várias causas a questão marroquina entre franceses e alemães.

O Congo (atual Zaire), onde foram localizadas grandes riquezas minerais, embora tenha sido a última das bacias africanas a ser explorada, constituiu um caso à parte no âmbito das Relações Internacionais. De início, tentaram as nações interessadas internacionalizar a área, como algumas vêm na atualidade planejando para a Antártica. Organizou-se, então, a *Associação Internacional do Congo*, com capitais particulares de cidadãos que tinham já há muito tempo interesses comerciais na África. Aos poucos, porém, os objetivos imediatos da Associação foram sendo abandonados, tendo então o poder político de intervir para pôr um fim na exploração não regulamentada; esta vinha sendo feita por particulares, mas que, apesar de particulares, eram, antes de mais nada, oriundos de nações européias interessadas.

Por isso, a Associação Internacional do Congo (1880), que durara menos de uma década, era transformada na *Convenção da Bacia do Congo*, regida por uma Conferência internacional dos governos interessados naquela

empresa. Caberia mais ao "canário belga" domesticar o "elefante congolês", já que na prática a dita Convenção era mais um paliativo, visto que Leopoldo II desejava, na realidade, criar para si um Estado na bacia do Congo. O *Estado Livre do Congo* iria surgir em 1885: quatro anos depois, Leopoldo II, rei dos belgas, legava o território à Bélgica, que só o aceitou quando se viu, é claro, protegida por uma grande potência (1908). Assim, o Congo Belga só se instalou sob a proteção da França, a eterna rival da Inglaterra, que em consequência viu ruir seu sonho de união do Cabo ao Cairo.

Sabemos que, dos 137 deputados do Parlamento de Bruxelas, 54 votaram contra a aceitação do legado real, enquanto 83 se mostraram favoráveis. Esses 83, curiosamente, votaram, mas só após declararem que "a Bélgica poderia um dia vir a vender o Congo, mas, neste caso, daria direito de preferência à França".³

Falhou, pois, a *tentativa de internacionalização do Congo*, como falhará, por certo, a da Antártica, se pela força prevalecer a vontade dos internacionalistas contra a dos territorialistas.

Com traçado de fronteiras bem mais intrincado que o da América, *o mapa político da África refletiu*, no fim do século XIX e início do nosso, *o resultado de um jogo diplomático disputado por várias potências coloniais*.

Não eram apenas duas as potências coloniais que a linha de Tordesilhas contentou no século XV. Mas, à semelhança dos que acordaram a linha de Tordesilhas, os diplomatas europeus da década de 1880 também não tinham conhecimentos fundamentais da África. Daí haver surgido também uma África Política, tal como a América, cortada por *fronteiras esboçadas*; ou seja, consentida pelos diplomatas sem antes ter havido o conhecimento dos geógrafos. Só no século XIX é que a África se vai transformar num verdadeiro laboratório geográfico para os europeus.

Por outro lado, *o meio natural e o elemento humano foram bem mais olvidados na partilha da África do que na América*. No continente africano cada colônia se

³ Marcel Niedergang — *Tempête sur Congo*, pág. 39.

baseou na ocupação ou na reclamação reivindicatória de alguma zona costeira por parte dos países colonizadores. Esses países, com exceção da Alemanha, Itália e Bélgica, que só no século XIX passaram a se interessar mais ativamente pela África, lutaram durante quatro séculos por territórios costeiros, que deram impulso a seus domínios ultramarinos.

Quando da partilha, a Espanha, que desde o século XVI, com os reis Felipe e a interiorização de Madrid, passou a ser nação mais interessada no continente europeu do que na expansão ultramarina, muito pouco obteve na África. Seus territórios, além de ilhas, se compuseram de pontos litorâneos na Guiné, Ceuta e no Rio de Oro.

Levando-se em conta que cada núcleo colonial corresponde a uma zona litorânea de estabelecimento econômico, *o traçado político para o interior corresponde mais ou menos a uma defrontação desta costa.* Nessas condições, os interesses econômicos se refletiram no traçado político, já que as terras do "hinterland" passaram, salvo raras exceções, a formar ângulos retos com a costa na qual principiaram; daí a forma compacta da maioria dos atuais países africanos.

Como corolário, por interesses defensivos, a partilha política da Antártica, por defrontação, refletirá, em época e terrenos diferentes, o caso africano.

* * *

A semelhança do que ocorre na atualidade com a Antártica, onde apenas sete países emitiram decretos de anexação de territórios, *antes da partilha da África apenas sete países haviam apresentado reclamações sobre territórios em zonas costeiras, e foram justamente esses os herdeiros consagrados.*

Concluimos, ainda, que, no processo de ocupação da África anterior à partilha, os primeiros estabelecimentos são devidos aos portugueses no setor litorâneo compreendido entre o estreito de Gibraltar e golfo da Guiné. No entanto, não foram os portugueses os maiores herdeiros quando da partilha política, e nem muito menos conservaram essa área privilegiada.

Na chanfradura do continente africano, a remiscência de um ativo comércio português costeiro se perpetuou em topônimos como: Costa da Pimenta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Foram esses os contactos pioneiros; em fins do século XV, com a descoberta da rota do Cabo e o caminho marítimo para as Índias, toda a costa atlântica havia sido vasculhada.

Na ocasião, os portugueses encontraram no Índico as mesmas dificuldades do Atlântico. Dificuldades de navegação, que foram, no entanto, contornadas por experimentados pilotos árabes, como, por exemplo, Ibn-Majdik, que guiou Vasco da Gama. Na ocasião, além de pontos de escala na costa de Moçambique, os interesses reais de Portugal se objetivaram nas costas da Índia, onde Goa, Diú e Damão constituíram os pontos-chave. Assim, já no século XVI, os portugueses substituíram os árabes não só no domínio do Índico como no de todo o comércio oriental. "Contrariamente ao reconhecimento das costas e ilhas africanas ou brasileiras, onde os avanços foram geograficamente seguidos, pelo menos na sua linha geral, a exploração do Índico fez-se em vários sentidos, e sem rigorosa seqüência cronológica, a partir dos pontos nevralgicos da ação política e econômica ou necessariamente militar."⁴

A primazia da navegação portuguesa foi favorecida pela situação geográfica de Portugal. Anfiteatro descendo para o Atlântico, sem recursos vitais para sua população, procuraram os portugueses no mar, desde cedo, a sua subsistência. Encontraria Portugal na própria península Ibérica o seu rival inicial nos mares: a Espanha, com possibilidades de expansão análogas às de Portugal, em função de seus portos atlânticos na Galícia e o trecho também atlântico da Andaluzia.

A maior expansão portuguesa, muito embora disseminada, se realizou na África e Ásia (o Oriente ou Índias) com o objetivo de se achar uma passagem do Atlântico para o Índico e atingir a região das especiarias.

⁴ Damião Peres — *História dos Descobrimientos Portugueses*, págs. 165-166.

Contrasta, pois, com a maior expansão espanhola no Ocidente (América) com vistas a encontrar uma passagem do Atlântico para o Pacífico e atingir a mesma região das especiarias.

Assim, no âmbito das Relações Internacionais, o mundo daquela chamada época moderna se dividia em duas áreas de influência. Um Ocidente bem mais espanhol, cabendo a Portugal apenas a nesga de terra atlântica brasileira delimitada dentro dos 2.800.000 km² do Tratado de Tordesilhas. Um Oriente bem mais português, cabendo na área atlântico-africana, pelo Acordo Diplomático (1479-1480), à Espanha apenas uma área contígua ao trampolim formado pelo arquipélago das Canárias.

A partir do século XVI, o avolumar-se constante das transações comerciais aumentou as produções européias através de artigos importados da África e Ásia. O desejo expansionista extrapolou a península Ibérica, tal como extrapolara Gênova e Veneza em fins da Idade Média. O "affaire" dos navegantes genoveses e venezianos, que tantas informações e experiências transmitiram aos portugueses, se repetiria através dos próprios portugueses.

Caberia assim aos portugueses orientar, além dos espanhóis, também aos ingleses, franceses e holandeses. A expansão marítima desses povos europeus se deve, sem dúvida, ao impulso inicial que lhes deram os navegadores portugueses: serviram, por exemplo, à Espanha, João Dias de Solis, Fernão de Magalhães e o próprio Colombo, que era um produto de Sagres; Solis serviu também à França e à Inglaterra, que contaram ainda com João Fernandes Lavrador (Inglaterra), Sebastião Moura e Diogo Couto (França).

Desde os primórdios da História o processo expansionista se realizava preferentemente dentro do reduto continental. Só com as grandes navegações surge a nova dimensão quando Portugal, seguido pela Europa Atlântica se expande em direção à América, África e Ásia.

Os impérios coloniais, criados a partir do século XVI, impondo a anexação de terras distantes, levaram a então chamada metrópole, em função da *descontinuidade territorial* que ela teria para governar, a uma *descentralização* de sua base política.

COLONIALISMO E PAN-AFRICANISMO

O chamado *colonialismo moderno*, produto dos impérios coloniais, constitui uma fase de processo geohistórico de conseqüências geopolíticas no âmbito das Relações Internacionais.

No caso específico da África, libertando povos de estrutura primitiva, como a da maloria africana, os europeus envolveram-nos no campo da chamada civilização científica. Os africanos se viram integrados no estilo de vida moderno e assim os problemas de ordem econômica, social e política passaram a ser mais gerais. "Na África, entre os povos de raça negra, não havia nenhuma civilização política organizada. Desse modo, os colonialismos luso-espanhol e anglo-franco-holandês se processaram nas Américas por transferências de nacionais como colonos, apenas para ocupar as áreas descobertas, com o seu sistema de vida européia, suas religiões, escravizando o nativo como raça inferior e mais tarde transferindo outras raças escravizadas, de cor, da África para o novo Continente."¹

Nessas condições, com o decorrer do tempo, o termo *colonialismo* passou a ter sentido pejorativo, e é assim que aparece definido na edição de 1929 do Dicionário Larousse: "Colonialismo — nome pelo qual os socialistas

¹ A. Mendes Viana — "O Mundo Afro-Asiático — Sua Significação para o Brasil", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano II, N.º 8, dezembro de 1959, pág. 6.

designam e condenam a expansão colonial que consideram como forma de imperialismo decorrente do mecanismo capitalista".

Vemos, pois, que o colonialismo foi condenado não pelo sistema em si, do relacionamento de brancos e não-brancos, mas, sobretudo, *pelo predomínio da Europa Ocidental* com relação aos demais continentes.

Da dissidência entre colonialistas e não-colonialistas se aproveitam os colonizados, muitas vezes transformados em meros instrumentos, para se integrarem numa espécie de *patriotismo vingador*, classificado como nacionalismo. O nacionalismo passa, então, a não ser mais um fenômeno nacional e sim emocional. "Por outras palavras, o nacionalismo é como vinho novo. Tomado com moderação, ele pode não somente alegrar o coração de um homem, mas dar-lhe saúde e força para executar grandes tarefas. Tomado em excesso, torna-o incapaz e faz dele presa fácil a desígnios de outrem."²

Mas podemos ver que, ao tomar o vinho, embora o excesso não seja praticado, o fato é que em muitos não acostumados pode a bebida subir muito rapidamente. O vinho é, em geral, tomado pelos fracos, ou seja, o nacionalismo contagia nações subdesenvolvidas. E se o nacionalismo, nessas nações economicamente atrasadas, pode eliminar o colonialismo, fá-lo, em geral, para entregá-las a uma forma de *neocolonialismo*, também conhecida como imperialismo.

O neocolonialismo generalizou-se, visto que, na prática, a *tese neutralista*, pretendida pela *Conferência de Bandung* (abril de 1955), não funcionou. A terceira proposição, para, fugindo às diretrizes de Washington ou Moscou, escapar aos dois blocos antagônicos, não deu certo.

O neutralismo não funciona desde as guerras napoleônicas e falhou nos dois conflitos bélicos, sintomaticamente chamados de mundiais. Quando a Rússia procura defender a tese neutralista, fá-lo hipocritamente; isto

² Sir Ashley Clarke — "Commonwealth ou Colonialismo", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano I, N.º 4, dezembro de 1958, pág. 31.

porque a chamada União Soviética não se institui numa base de união livremente consentida, quer de povos politicamente nela integrados, quer de nações satelitizadas. O imperialismo russo se fez sentir quando se esboçou o neutralismo húngaro, tcheco ou posnânio (Alemanha Oriental). No entanto, quando lhe interessa, a Rússia defende a tese neutralista para enfraquecer alianças militares no Ocidente ou aniquilar estruturas já combatidas da África.

Quando a designação de colônia tinha sentido positivo, cabia ao colono cuidar da terra recém-ocupada. Aos poucos passaria o termo colônia a ser associado à exploração dos negros pelos brancos. As realizações e os valores transplantados pelos brancos europeus passaram propositalmente a ser ignorados.

O *anticolonialismo* parece ter surgido na Índia por volta de 1950 quando, ainda inseguros em sua vida independente, fizeram os hindus o jogo de Moscou. Sobre tudo, o governo de Nehru, que sempre dirigiu campanhas contra os brancos na África, "sem levar em consideração a situação dos inúmeros habitantes asiáticos da África Oriental, região esta colonizada por asiáticos já muito antes da chegada de Vasco da Gama à Índia".³

Em contrapartida, o *pan-africanismo*, que na África se associaria ao anticolonialismo, teria origem na simples manifestação de solidariedade entre os negros das Antilhas Inglesas e dos Estados Unidos.

Considera-se, pois, *Henry-Sylvester William*, advogado negro de Trinidad, como o precursor desse movimento negro, que depois se dirigiu para a África. Havendo sido conselheiro dos chefes bantús na África meridional, *Henry-Sylvester William*, de nome bem anglo-saxão, tomou a iniciativa de convocar, em 1900, uma *Conferência para Londres*, destinada a protestar contra a ocupação de "terras costumeiras" pelos europeus. Nesta reunião, o *Dr. W. E. B. du Bois*, empregou, pela primeira vez, o termo pan-africanismo.

³ Ralph von Gersdorff — "A África: Colonialismo e Assistência Econômica", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano IV, N.º 13, março de 1961, pág. 93.

O movimento negro realizou, entre as duas guerras mundiais, mais quatro congressos — Paris (1919), Nova York (1927), estes precedidos de dois em Londres (1921 e 1923).

Tão logo terminou a Primeira Guerra Mundial, o Dr. du Bois, negro nascido livre em Massachusetts, nos Estados Unidos, veio a Paris, onde se realizou o 1.º Congresso Pan-Africano (1919). Sua estratégia se baseava numa ação pela não-violência; e defesa do direito do negro perante delegados negros vindos das colônias africanas francesas e inglesas.

Argumentava du Bois com a lealdade dos 100.000 soldados negros que lutaram ao lado dos aliados na Primeira Guerra Mundial; nenhuma deserção havia ocorrido, a despeito dos alemães lhes terem feito promessa de liberdade e asilo caso viessem lutar em suas fileiras. Nesse 1.º Congresso de Paris foi também destacada a ação dos numerosos negros que vieram da África Ocidental para lutar lado a lado dos franceses contra os alemães.

No 2.º Congresso, realizado em Londres, no ano de 1921, surgem, dentro do pan-africanismo, as primeiras divergências. Nele, os líderes do NAACP ("National Association of Advancement of Coloured People") se mantiveram dentro do princípio de que a defesa dos direitos civis dos negros estadunidenses era muito mais importante e urgente que a defesa de uma remota e hipotética unidade africana. A segunda sessão desse Congresso já se reuniu em Bruxelas, onde o governo belga ficou atento e apreensivo ante a infiltração comunista no conclave.

Até então a teoria de Marx e Engels pouco se preocupara com a questão colonial. *Lenine* era favorável à chamada "causa dos povos oprimidos" cuja defesa, dizia ele, poderá contribuir para abalar o capitalismo pela destruição de suas próprias bases — o imperialismo. No entanto, foram os marxistas ocidentais que, no I Congresso da Internacional Comunista, lançaram a idéia de que a libertação das colônias só era concebível se fosse concomitante com a da classe operária das metrópoles.

Sabemos que, no período de entreguerras, os efetivos da Internacional Comunista permaneciam fracos, sobre-

tudo na África; nesse continente, dos 5.000 registrados eram brancos franceses da Argélia e Marrocos ao lado de operários também brancos da África do Sul; cifra numérica que reflete bem a pequena força política que tinham os partidos comunistas nas colônias africanas.

Era essa a situação quando o *II Congresso da Internacional Comunista* passa para o primeiro plano, no processo revolucionário mundial, a luta emancipadora dos povos coloniais, sem subordiná-la, como determinou o I Congresso, à vitória do proletariado da metrópole.

De um modo ou de outro, o fato é que os quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista (1919-1923) assumiram papel dirigente na ação e *organização de movimentos anticolonialistas*. Já a *estratégia* a seguir ficaria implícita em *dois projetos* não só com pontos de vista mas também com conclusões divergentes. O primeiro projeto é de Lenine e o segundo do comunista indiano M. N. Roy.

Para *Lenine* a classe operária das colônias, em função de sua fraqueza, não apenas numérica mas também ideológica e econômica, não poderia, pelo menos, a médio prazo, exercer um papel de dirigente no movimento de libertação nacional. Afirmava Lenine no *II Congresso da Internacional Comunista*: "Não há a menor dúvida de que todo movimento nacional não pode ser senão democrático-burguês, pois a grande massa da população dos países atrasados é composta de camponeses. Seria uma utopia pensar que os partidos proletários, admitindo que possam, em geral, fazer sua aparição nesses países, poderiam levar adiante essa tática e uma política comunista sem estabelecer determinadas relações com o movimento camponês, sem de fato o sustentar".⁴

Já *Roy* considera como ponto-chave que a própria vanguarda comunista tome desde o início a direção no movimento anticolonialista. Embora reconheça que o proletariado quase que inexistente nas colônias, considera que o elemento local pode muito bem ser aproveitado

⁴ Trecho do Projeto de Lenine, que se encontra em suas *Oeuvres*, tomo 31, págs. 145-152.

visto que em "todos os países, onde se manifesta o espírito revolucionário, este se exprime na classe média culta".⁵

No III Congresso da Internacional Comunista, os projetos de Lenine e Roy foram revistos com a finalidade de lhes atenuar as divergências. A intervenção de Lenine nesse Congresso evidencia claramente que não apenas a opinião de Roy mas também a de outros representantes de povos coloniais o levaram a alterar consideravelmente alguns de seus pontos de vista.

Já então declarava Lenine: "Nós, os comunistas, devemos sustentar os movimentos burgueses de libertação nas colônias somente quando esses movimentos forem realmente revolucionários e quando seus representantes não se opuserem a que eduquemos e organizemos, no espírito revolucionário, os componentes e as grandes massas de explorados. Nos países onde essas condições não estiverem reunidas, os comunistas deverão lutar contra a burguesia reformista".⁶

Afirmava, em seguida, que se devia substituir o termo democrático-burguês por nacional-revolucionário.

No IV Congresso da Internacional Comunista, o último do qual Lenine participa, já ele concorda que "a questão agrária é de importância primordial na luta pela emancipação do despotismo metropolitano... Uma revolução agrária, cujo objetivo seria a expropriação da grande propriedade feudal, é a única capaz de levantar as massas camponesas e de conseguir uma influência decisiva na luta contra o imperialismo".

Outro ponto acertado no IV Congresso da Internacional Comunista foi o de que *a aliança com os considerados movimentos nacionais-revolucionários* se efetuasse, sem, no entanto, jamais se fundirem com eles; devendo-se "combater energicamente as tentativas feitas pelos movimentos de libertação de se apresentarem sob etiqueta comunista se não forem na realidade comu-

⁵ Trecho do Projeto de M. N. Roy, encontrado no livro *Le Marxisme et l'Asie* (1853-1964), págs. 212-215.

⁶ *Oeuvres*, tomo 42, pág. 201.

nistas ou revolucionários".⁷ Notamos que, pela imposição, se encaixa mal o qualificativo nacional-revolucionário proposto por Lenine.

Concluimos, pois, que, dentro das diretrizes acordadas nos Congressos da Internacional Comunista, a classe operária africana, em sua maioria analfabeta, embora tenha dado logo provas de sua combatividade, não pôde, no entanto, assumir o papel de dirigente no movimento.

Em contrapartida, *puderam os partidos comunistas estabelecer-se na África*, sendo seus dirigentes, via de regra, intelectuais, estudantes ou líderes preparados em universidades européias ou dos Estados Unidos, como também os que participaram da West-African Students Union, estabelecida em Londres em 1920, desejosos de substituir o elemento colonial no poder.

Ao lado de Houphouet-Boigny, Ben Bella, Kasavubu, Azikiwe, Sekú Turé, podem ser citados vários outros. Exemplifica, porém, o desejo do poder o "slogan" de Nkrumah — "Busca inicialmente o reino político e tudo o mais lhe será acrescentado". Mais significativo, ainda, é esse trecho do discurso de Kenneth Kaunda (Zambia shall be free): "Do mesmo modo que o inglês governa a Inglaterra, o francês governa a França, o japonês governa o Japão, o hindu governa a Índia, os africanos podem governar a África".

Enquanto Nkrumah não enumerou o que seria acrescentado, Kaunda também não especificou se os africanos são apenas os negros, visto que ele, apesar de ligado por seus ancestrais à Niassalândia, foi ser presidente da Zâmbia.

Com o apoio das esquerdas ou não, o fato é que, procurando concretizar os seus princípios, o *III Congresso Pan-Africano, reunido em Londres* (1923), reconhecia, segundo o Dr. du Bois, que o movimento era mais uma idéia do que um fato. Assim, objetivando maior dinamismo, a segunda sessão desse Congresso se trasladou para Lisboa, a fim de exigir do governo português a suspensão dos trabalhos forçados em Angola, S. Tomé e Príncipe.

⁷ *Oeuvres*, tomo 42, pág. 205.

Já no *IV Congresso Pan-Africano* a doutrina começa a tomar força. Foram então para *Nova York* (1927) 208 delegados, para proclamar o direito dos negros à terra da África, a seus recursos; o direito à justiça adaptada às condições locais, com juizes africanos; o ensino primário gratuito e o desenvolvimento do ensino técnico. A fonte dessas diretrizes vem confirmada no finalizar da proclamação, onde foi feita a moção pró-desarmamento.

A despeito da moção, os acontecimentos culminaram com a Segunda Guerra Mundial, relegando a um plano secundário os assuntos africanos. Assim, o "International African Service Bureau", antecessor da "Panafrikan Federation", que reclamava a independência africana dentro da unidade continental, ficaria esquecido. Muito embora continuasse a difundir suas idéias através do "Panafrika", jornal que tinha Jomo Kenyatta (depois conhecido como o "pai do Quênia") como um dos membros do Conselho Executivo.

As *dificuldades advindas da guerra* levaram os ingleses a publicar a "Carta do Atlântico e a África Ocidental Britânica" (1943); a despeito da publicação, Nnandi Azikiwe, que depois se tornou Primeiro-Ministro da Nigéria, propugnava pelo fim imediato do sistema colonial britânico, que tachava como antidemocrático.

Não querendo presidir ao desmembramento do Império Britânico, Winston Churchill afirmava em Yalta (4 de fevereiro de 1945): "Em nenhum caso tolerarei que os dedos de 40 ou 50 nações venham esgravatar as vísceras do Império. Não cederei uma só migalha do patrimônio da Grã-Bretanha". Churchill não cederia, mas, para que tal fato se desse, seria substituído por Attlee.

O maior vigor para o movimento anticolonialista seria a tônica do *V Congresso Pan-Africano*, realizado em Manchester logo após o término da Segunda Guerra Mundial (1945). Adota-se então uma "Declaração aos Povos Colonizados" redigida pelo Dr. Kwame Nkrumah, nascido na Costa do Ouro, estudante e depois professor de História na Universidade da Pennsylvania, e que termina assim: "Nós proclamamos o direito, para todos os

povos colonizados, de assumirem seu próprio destino... A longa noite está morta... Povos colonizados e povos oprimidos de todo o mundo, uni-vos!"

Esse Congresso teve como uma das finalidades *entrosar líderes africanos de língua inglesa e francesa*. Daria também destaque a *George Padmore*, nascido em Trinidad, estudante na Universidade de Howard, que ficou conhecido como *o teórico do pan-africanismo*.

Suas idéias se encontram no livro que publicou em Londres (1955), sob o título de "Panafricanism or Communism?". Nesse livro, o pan-africanismo se define como um movimento que se propõe a realizar o "governo dos africanos pelos africanos e para os africanos, respeitando as minorias raciais e religiosas que desejam viver na África com a maioria negra".

Para Padmore o comunismo não era senão uma das formas de crença da superioridade branca, e que, sendo uma dessas manifestações, o continente negro não poderia, de modo algum, encontrar nesse regime forças para se organizar. Dentro, pois, do conceito que Padmore faz do comunismo, seu livro nos dá uma nova definição política do nacionalismo.

No contexto geral do colonialismo, além do pan-africanismo, atuou outra corrente diferente no continente africano, embora com o mesmo objetivo — o *pan-islamismo*.

Nesta área o *emir Chekib Arslan* incentivou, no período de entreguerras, a unidade árabe e a fraternidade da raça. Vivendo em Genebra, conseguiu, através de seus discursos e trabalhos escritos, influir na *formação política dos futuros chefes nacionalistas árabes do Maghreb*. Situação renascida em 1931, quando o grande mufti de Jerusalém, *El Hadj Amin*, reuniu um *Congresso Mundial do Islam*, com o objetivo de estudar os meios de favorecer a difusão da cultura muçulmana e a *defesa do Islam contra o colonialismo*.

Principalmente por esta razão precípua os muçulmanos do Oriente Médio e norte da África adotaram a causa dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, esperando com isto a sua liberalização política. Para tal,

ainda em 1945, antes mesmo da criação da ONU e da própria OUA, representantes credenciados de sete países (Arábia Saudita, Iemen, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Egito) se reuniram no Cairo para assinar o documento que criava o *Pacto da Liga dos Estados Árabes*. Só posteriormente é que aderiram os outros quatro países africanos: a Líbia (1953), o Sudão (1956), o Marrocos e a Tunísia (1958). Assim, a Liga atuou moral e materialmente na independência da Argélia.

Embora a Liga Árabe tenha nascido no Cairo, o movimento nacionalista egípcio, iniciado em 1905 em oposição ao regime inglês, não se solidarizava com o pan-arabismo. Mundo árabe, cujo despertar nacional surgiu pouco antes (1868) entre os *libaneses convertidos ao catolicismo*, liderados por *Ibraim-el-Yazidji*, contra a dominação turco-muçulmana.

Há também que destacar a *ação das Igrejas Cristãs no processo de descolonização da África*.

Procurando incentivar o nacionalismo africano, sucessivos Papas se esforçaram pela *criação de um clero autóctone e bispos locais*. Contribuíram, assim, para que o laço hierárquico com as autoridades eclesiásticas metropolitanas fosse rompido, estabelecendo-se uma ligação direta entre as Igrejas Africanas e o Vaticano. Esse proceder, iniciado durante o Pontificado de Benedito XV (1919), não foi mais abandonado pelos Papas seguintes.

Por sua vez, órgãos dirigentes das *Igrejas Protestantes* se pronunciaram, tal como a Santa Sé, contra o colonialismo. Para tal passou a funcionar desde 1946 a "*Comissão das Igrejas para os Assuntos Internacionais*" reunindo os credos protestantes em defesa do bem-estar dos povos dependentes e pelo encaminhamento de sua independência.

Os motivos políticos não estavam assim ausentes no selo das duas correntes cristãs; tratava-se de *preservar os valores permanentes* que haviam trasladado para a África. Nessas condições, desde a *Assembléa de Upsala* (1968), o *Conselho Ecumênico das Igrejas* passou a apoiar oficialmente os *movimentos separatistas de independência no continente africano*. Notando-se que o Papa Paulo VI quase provocou uma ruptura com um

país católico — Portugal — ao receber (3 de junho de 1970), em audiência especial, os líderes nacionalistas Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino Santos.

Analisando friamente o nacionalismo acusador, a realidade nos mostra que, seja qual for o país, sob o ponto de vista econômico, social ou religioso, sempre se apresentou melhor no momento da saída do colonizador do que antes da ocupação européia. O argumento de que o colonizador espoliou os recursos africanos também não é convincente; esses recursos foram explorados, explorados e só com os colonizadores adquiriram, em função das necessidades da metrópole, o seu valor econômico.

Nessas condições, também carece de consistência o que diz Julius Nyerere, presidente da Tanzânia: "Num mundo onde eu sou rico porque você é pobre, e eu sou pobre porque você é rico, a transferência de riqueza dos ricos para os pobres é uma questão de direito". Ora, a Tanzânia não é pobre só porque os países ocidentais são ricos. A Tanzânia foi sempre pobre e estaria em situação bem pior se não tivesse passado pelo estágio da colonização, e se, independente dentro do unipartidarismo, não tivesse optado pelo socialismo inglês. Uma simples comparação com o Quênia, seu vizinho, próspero capitalista, poderá refletir a desvantagem que o governo tanzaniano vem trazendo para o país, mantendo-se hostil à empresa privada.

"O problema inicial de Nyerere consistiu em converter ao socialismo a população rural. O fato de nacionalizar bancos, companhias de seguros e certas indústrias estava longe de ser suficiente. O objetivo era, pois, o de mobilizar os elementos rurais para constituir então o tipo de aldeia ujamar, na qual a terra é propriedade comum, a população é comunidade no trabalho, no auxílio mútuo, na partilha dos frutos dessa cultura em cooperação. Para isto foi necessário convencer os grupos, que viviam isolados, das vantagens de uma vida coletiva, em grupos voluntariamente escolhidos e formados em ujamás ou famílias." ⁸

⁸ Delgado de Carvalho — "Tanzânia: República Unida", in *Atlas de Relações Internacionais*, N.º 35, pág. 3.

O movimento só foi voluntário durante os dez primeiros anos (1963-73). Voluntário ou forçado, esse coletivismo nada mais fez do que contribuir para declinar a produção "per capita" do país. Segundo a FAO, esse declínio foi em cerca de 10% na década 1965-75. Mesmo com a redistribuição de terras para 7 milhões de camponeses em fazendas coletivas, a política agrária não surtiu o efeito desejado. O coletivismo obrigatório foi repudiado por algumas tribos, sobretudo na área de Bakoba, no sopé do Kilimandjaro. Mas, quando esses elementos tentaram voltar para as suas aldeias, encontraram-nas incendiadas pelo próprio governo.

Conclui-se, pois, que a riqueza nacional é fruto da capacidade do povo allada a uma política eficaz de seu governo.

O *imperialismo colonial* se manifestou, no âmbito das Relações Internacionais, no período que se estende de 1870 a 1914, tendo em vista *vários princípios englobados como forma de nacionalismo europeu*.

— Dentro do *princípio econômico* o colonialismo europeu visava a assegurar para o país mercados para a produção industrial e fornecedores de matérias-primas. Este princípio foi bem caracterizado pelo francês Jules Ferry ao afirmar que: "a política colonial é filha da política industrial".

— Levando-se em conta os *princípios correlatos da estratégia e do poder*, o nacionalismo colonial europeu visava a dominar as principais rotas marítimas. Entrava-se na segunda fase da era oceânica com a Europa Ocidental procurando assegurar vantagens na nova partilha do mundo. Para tal vigorava o princípio de se assegurarem pontos de apoio para a frota de guerra e de escala para a marinha mercante.

— O *princípio nacionalista do prestígio* levou os países europeus à expansão colonial em função da chamada "lei natural", segundo a qual quem não cresce deve resignar-se à decadência; ligando-se, pois, a este princípio, o da demografia. Nota-se, então, a preocupação de Rosebery, que em seu discurso no Royal Colonial Institute (1.º de março de 1893) procurava demonstrar que, não

sendo o Império Britânico suficientemente vasto, deviam os ingleses entrar na partilha do mundo. Era este o mesmo princípio de Mussolini quando procurou dirigir a imigração italiana para territórios coloniais.

— Finalmente, o argumento moral dentro do *princípio religioso cristão* de ampliar a área de civilização ocidental, colaborando assim com o nacional-colonialismo.

Por extensão foi, pois, o movimento colonialista europeu que, indiretamente, contribuiu para que a África tivesse acesso a outro tipo específico de nacionalismo. Ocupando uma África tribalista tão diversificada religiosa e lingüisticamente, os colonizadores europeus, traçando suas fronteiras artificiais, *destruíram, em muitos lugares, o poder dos chefes de tribo.*

Em seguida, os melhores horizontes quer econômicos quer culturais, oferecidos por estes mesmos colonizadores europeus, atraíram *muitos africanos, que, egressos de suas tribos, se transformaram nos "desarraigados"*; estes integrando sindicatos operários, movimentos estudantis ou estudando em universidades no exterior, *se transformaram nos líderes* que buscaram, via de regra, uma independência em territórios onde a nação ainda não se havia implantado. Assim, na África em geral "os fundamentos da comunidade nacional foram estabelecidos depois da entrada em ação dos seus realizadores, que invocaram a idéia nacional".⁹

⁹ Duroselle e Renouvin — *Introdução à História das Relações Internacionais*, pág. 219.

INDEPENDÊNCIA E NACIONALISMO

Após o V Congresso Pan-Africanista, num impulso confessado de união, Nkrumah cria um *Comitê Regional de Delegados*, o "West African National Secretariat" (1946). Estabelece a *ligação da Federação Pan-Africana com a NCNC* ("National Council of Nigeria and Cameroons"), que era a primeira formação política organizada, dirigida por Azikiwe; cria em seguida a UGCC ("United Gold Coast Convention").

As primeiras conferências pan-africanas propriamente ditas se realizam na África Ocidental. O pan-africanismo se regionaliza; característica que já define o chamado VI Congresso Pan-Africano, reunido de 4 a 6 de dezembro de 1953 em Kumasi, cidade da então colônia inglesa Costa do Ouro. Sob forma de simples conferência os convites foram dirigidos a líderes locais e não a partidos.

A partir de 1958 uma série de reuniões iria pôr em contacto vários líderes políticos africanos — Acra (abril), Kotonú (julho), bem como as Conferências Sindicais de Brazzaville e de Conacri (janeiro de 1959).

A criação de um Congresso Nacional Oeste Africano, que se propunha a ser o *primeiro passo para promover a unidade da África Ocidental* através dessas conferências periódicas, iria falhar. Falharia o ideal de Nkrumah, "o Bolívar Africano", do mesmo modo como falhara a unidade da América Espanhola. Nkrumah jamais conseguiu ser o único líder dos Estados Negros; muitos eram os líderes, e a república, como forma de governo mais con-

dizente com a realidade e a época política, atraía a ambição de todos.

Em janeiro de 1959, a publicação mensal intitulada "Drum", editada em Johannesburgo pelos negros e para os negros, estampava um mapa da África Ocidental ao lado de outro dos Estados Unidos: uma legenda afirmava — se lá os treze Estados decidiram se unir, por que não podemos nós fazer o mesmo aqui? Predominava, então, no espírito de alguns líderes africanos a idéia de que, à semelhança dos Estados Unidos da América, que, limitados pelo Atlântico e pelo Mississipi, empreenderam depois a marcha para o oeste, os *Estados Unidos da África*, então circunscritos ao golfo da Guiné, na franja meridional da zona sudanesa, bem poderiam empreender uma lenta marcha para o norte.

Uniões efêmeras chegaram a se formar. Já independente, sob o nome de *Ghana*, a antiga Costa do Ouro (de língua inglesa) se uniu à *Guiné* (de língua francesa) em 1958. Pensavam Nkrumah e Sekú Turé que aí estava o núcleo geohistórico dos Estados Unidos da África: formara-se, na realidade, um "*segundo Canadá*" na África, que pouco depois iria desfazer-se.

Falharam também: o RDA ("*Rassemblement Democratique Africain*"), entre Sekú Turé, da *Guiné*, e Modibo Keita, do *Mali* (1956); a *Federação do Mali*, que seria formada pela união do Senegal, Dahomé (atual Benin), Sudão e Alto Volta (1959); a *União dos Estados Africanos*, unindo a Guiné, o Mali, a Libéria e a Mauritânia (1959); bem como a *União Sahel-Benin*, reunindo o Togo, Costa do Marfim, Dahomé, Alto Volta e Níger (1960). União que não chegou a se realizar com o projeto de Bartolomeu Boganda, morto acidentalmente em 1959, para que se constituíssem os Estados Unidos da África Latina. União que não chegou a se realizar com o projeto de Houphouët-Boigny para que se constituíssem os *Estados Unidos da África Central*.

Nem a *Senegâmbia*, com a união da Gâmbia ao Senegal, se realizou, como também não se tornou realidade a *Grande Somália*, já na Cornucópia Africana.

Vários foram os *obstáculos* à realização desses projetos de união africana. Um deles foi a rápida *prolifera-*

ção dos jovens líderes nacionalistas; outro se manifestou através dos *particularismos tribais*, dentro de uma real *heterogeneidade* étnica; em função, também, da existência dos numerosos "*chefes costumeiros*" e *religiosos* se opondo aos ocidentalizados líderes políticos, constituindo um forte elemento de "balcanização" da África. Outros fatores ainda se podem assinalar: na *diferença econômica* de Estados pobres e ricos; na existência das *minorias brancas*; ao lado do forte obstáculo *lingüístico* autóctone — são mais de 600 os dialetos negro-africanos.

União só simbolicamente através da "negritude", palavra lançada ao domínio público entre os anos de 1933-35 por *Leopoldo Sedar Senghor* e *Aimé Césaire*, quando bem acesa se encontrava a chama do "arianismo" na Europa.

De início a "negritude" se propunha ao seguinte princípio: assim como a independência é uma recusa à assimilação política, a negritude é uma recusa de assimilação cultural.

Embora a assimilação cultural tivesse endereço certo — dirigindo-se exclusivamente ao branco colonizador, na prática essa recusa de assimilação cultural funciona bem mais eficientemente na própria África de existência tribal.

Concluimos, assim, que a semente do nacionalismo não foi suficientemente forte para unir a negritude. E a independência, criando *vários países na África*, constituiu *um mero expediente da História no âmbito das Relações Internacionais*. É fato que os nacionalistas se tenham levantado em vários pontos da África; mas é válido também perguntar se já tinham existência as respectivas nações. Nas outras partes do mundo "as nações precederam aos nacionalistas, que surgiram para defender a sua causa, enquanto na África os nacionalistas fizeram o seu vigoroso aparecimento antes que as nações fossem mais do que uma frase da imaginação oratória".¹

O nacionalismo, que no século XIX tornou livre a Grécia do jugo turco, separou a Bélgica católica da Ho-

¹ Rupert Emerson — "Interesses Americanos na África", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano II, N.º 6, junho de 1959, pág. 57.

landa protestante, fez da Alemanha e Itália países unificados, teria reflexos na América, que se separou politicamente da Europa.

A *autodeterminação defendida por Wilson* na Conferência de Versalhes, ao se iniciar o século XX, iria gerar uma nova onda de nacionalismos europeus, muitos dos quais fundamentados na geohistória. Assim, a Polônia ressurgia de novo no mapa europeu; esfacelava-se o Império Otomano e se originavam os Estados Balcânicos. Esses mesmos reflexos de autodeterminação se estendem para a África e Ásia, onde recebem o influxo das tendências de Moscou, que, com seu comunismo, pretendia transformar a Humanidade.

A independência dos países africanos depois da Segunda Guerra Mundial tem suas raízes presas ao término da Primeira Guerra Mundial. Ao terminar a Primeira Guerra Mundial foi viável a marcha da África para o anticolonialismo por duas razões principais. A primeira porque *desapareciam gradativamente do cenário das Relações Internacionais, como grandes potências, nações colonialistas européias* — notadamente a França e a Inglaterra; cediam lugar paulatinamente à Rússia e aos Estados Unidos, potências que não necessitavam do espaço vital, mas que, sendo *anticolonialistas*, não deixariam de ser imperialistas por questões geopolíticas e geoestratégicas.

O segundo fator que veio precipitar os movimentos de independência na África foi a *proliferação de Congressos, Conferências e Reuniões no âmbito das Relações Internacionais*, que ao lado da Liga das Nações, e depois da própria ONU, favoreceram os povos que até então haviam permanecido mudos na defesa de seu direito nacional de independência. A ONU se transformou na tribuna do anticolonialismo militante não só pela ação dos Estados Unidos e da Rússia como também pelo apoio tácito de países latino-americanos, desejosos de fazer suas reivindicações.²

² O caso das Falklands ou Malvinas, em poder da Inglaterra e pleiteadas pela Argentina; o caso de Belize, em poder dos ingleses, que a Guatemala sempre quis anexar; e o enclave colonialista das três Guianas na América do Sul.

Não nos cabe aqui examinar as vantagens ou desvantagens do *nacionalismo sem nacionalidades* que se implantou na África. O nacionalismo, sobretudo nos países negros, se transformou, em grande parte, num ódio, não ao elemento colonizador propriamente dito, mas sim ao branco. Racismo da África Negra que ecoa no apartheidismo da África do Sul e Rhodésia.

Se a América, no passado, como a África, no presente, se sentiram e sentem-se espoliadas pelas realizações econômicas que julgam e julgaram pouco expressivas das metrópoles européias, pelo menos *foi através do elemento colonizador que ambas entraram como povos civilizados para o contexto das Relações Internacionais.*

Uma vez independente, a América se manteve dependente da tecnologia estrangeira. Na América procurou manter-se a civilização mais adiantada do colonizador. O Brasil não se envergonha, muito pelo contrário, conservando o nome pelo qual os portugueses o batizaram, sem rebuscar as origens indígenas de Pindorama; a Venezuela mantém o nome da Capitania espanhola e a Colômbia homenageia o redescobridor do continente. O que já não vem acontecendo na África, que procura, em alguns países, esconder sua origem civilizadora, traçando topônimos — Ghana em vez de Costa do Ouro, Kinshasa em vez de Leopoldville, Maputo em vez de Lourenço Marques, Huambo em vez de Nova Lisboa, N'Djamena em vez de Fort Lamy, Macias Nguema em vez de Fernando Pó: muito embora Porto Novo, capital do Benin e Lagos, capital da Nigéria, lembrem a passagem por lá de navegadores portugueses, enquanto a Libéria homenageia o Presidente Monroe em seu centro administrativo de Monróvia.

Dentro do colonialismo viveu a África na garantia da paz e da ordem jurídica, *livre das fratricidas lutas tribais* que eclodiram em vários pontos tão logo a independência os livrou da mão férrea do colonizador.

Independentes, passaram a refletir apenas a divisão colonial histórica, isolando grupos étnicos idênticos e englobando tribos das mais heterogêneas. A chamada idade heróica da colonização, que caracterizara o século

XIX, iria ser substituída, no século XX, pela fase crítica da independência, sem o período intermediário que forjou o nacionalismo na América.

Vários desses países africanos estão longe de apresentar condições mínimas para uma autonomia econômica. O Níger e o Tchad herdaram o deserto; o Mali, o Senegal e o Alto Volta têm a savana; área muito exígua têm o Togo, o Benin, a Guiné-Bissau, Djibuti, Lesoto, Suazilândia ou países formados em ilhas. Vemos, por estes poucos exemplos, que no contexto geral a África independente depende da ajuda econômica e assistência técnica do exterior.

Os territórios que começaram, depois da Segunda Guerra Mundial, a se tornar independentes *dentro do sistema tribal não formaram nações no sentido exato da palavra*; daí se haverem transformado, simplesmente, em *foco geopolítico dos antagonismos, num espaço geohistórico colonial* onde se travam batalhas entre grupos. Concluimos, assim, que do pan-africanismo lançado por du Bois, defendendo o integracionismo, a África se passou para um nacionalismo que nasceu para viver dividido.

O "slogan" "*a África para os Africanos*", lançado por *Martin Delany*, não se inspira na Doutrina de Monroe — "*a América para os Americanos*". A América se constituiu, dentro de seu nacionalismo, no continente dos americanos não apenas nativos, mas de todos aqueles que a ajudaram a se civilizar — os brancos europeus, os negros africanos e mais recentemente os asiáticos também. Vemos, pois, que a América, ao contrário da África, se tornou independente, firmando-se em suas raízes sem abandonar o tronco europeu que lhe transmitiu a civilização.

Naturalmente, *o país surge num núcleo geohistórico*. O espaço geográfico é ocupado por um ou mais grupos que adquirem, gradativamente, os traços constitutivos do que deverá ser a nação. Esse processo é constituído pela *assimilação* grupal, pelas *interpenetrações* linguísticas, pelas *osmose*s culturais.

A fixação ou expansão natural desse núcleo geohistórico é que dará origem ao país propriamente dito. Advêm então as questões de fronteiras para que se estabeleçam no campo das Relações Internacionais os limites físicos do conjunto nacional.

Na América, os processos geohistórico e geopolítico se sucederam normalmente; as nações se constituíram para que os países se implantassem. Na África, passaram a coabitar num mesmo território comunidades históricas com culturas próprias, línguas e dialetos particulares; nesse contexto, o país surgiria antes que se formasse a nação. Assim sendo, que soberania de país pode então ser posta em prática desde o momento em que ainda não se formou a nação?

Dentro de *um contra-senso geopolítico, um consenso geohistórico* passaria a constituir a tônica do continente africano; já que ao chamado despotismo do colonizador europeu antecedeu o despotismo do chefe tribal, para sucedê-los nos tempos atuais o despotismo do político de maior força no local.

Nessas condições, a África conheceria pouco mais de meio século de paz quando da colonização européia. Com a independência e o despertar da África renasceram os ódios tribais, dentre os quais a *guerra de Biafra* foi dos exemplos mais sangrentos (1966-70). (Mapa 8).

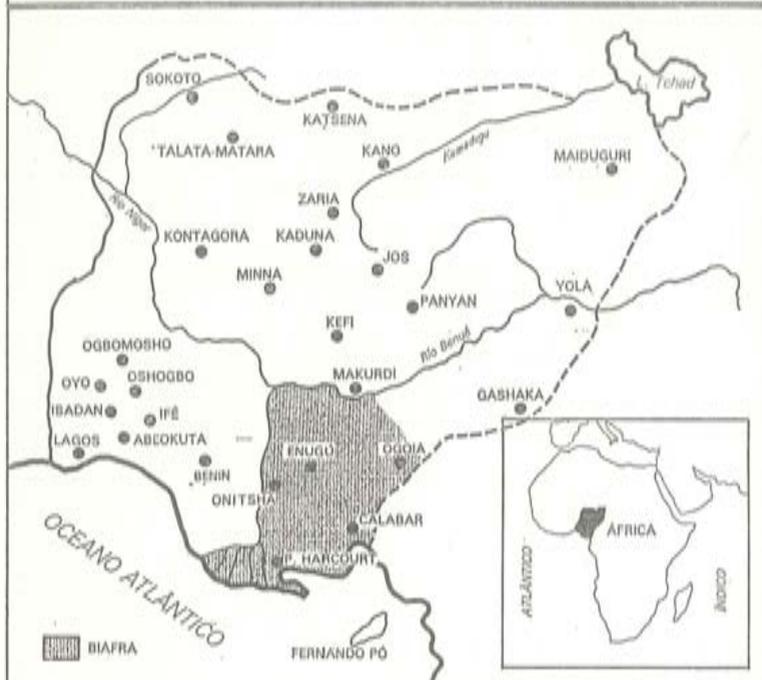
A *Nigéria* tornou-se independente (1960) com várias nações: uns 8 milhões de ibos ao lado de 5 milhões de não-ibos, divididos nas tribos dos efiks, ibibios, kameras, baribas, ekols, chambas, kanembus, kanuri, tiv, edo, nupe, ijav etc., contando ainda entre os grupos dos iorubas, no oeste; e haussás e fulanis, no norte. Em resumo, coabitam no país 250 grupos étnicos e cerca de 100 tribos menores.

Em vez do governo inglês dividir a Nigéria em vários países, transformou-a, a 1.º de outubro de 1960, numa república federal formada por 12 estados, englobando, na realidade, 4 províncias secessionistas.

O norte, a província habitada por maioria de haussás e fulanis islamizados e pouco instruídos, fornecendo somente 1% do funcionalismo do país. O leste, província

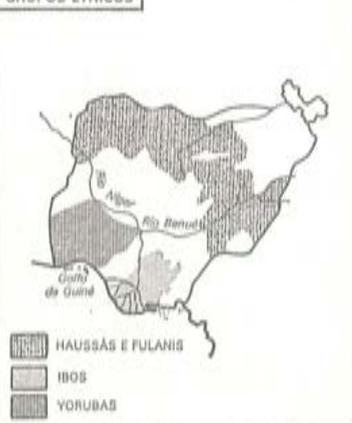
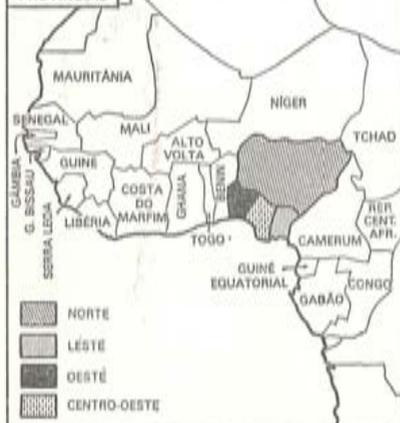
NIGÉRIA

ORGANIZADO POR TEREZINHA DE CASTRO



PROVÍNCIAS

GRUPOS ÉTNICOS



mais rica, povoada pelos ibos católicos e grupos animistas, que por ser mais escolarizada contribuía com maior número de elementos para os quadros do funcionalismo, da polícia e das forças armadas. No oeste, outra província menos rica, dominada pelos iorubas protestantes ou animistas, concorrentes sociais dos ibos e que nutriam ódio pelos haussás; separando as duas províncias litorâneas, do centro-oeste povoada por tribos diversas.

A República da Nigéria, presidida por um ibo, o Dr. Azikiwe, caracterizou-se logo pelas dissidências tribais. Assim, "a luta pelo poder tribalizou-se cada vez mais e o fator étnico tornou-se predominante como elemento desintegrador".³

Assim, em maio de 1967, a província do leste resolvia transformar-se na República Independente de Biafra, consumando a desintegração da Nigéria. Recebendo o apoio russo, o inglês e o da OUA, o governo de Lagos enfrentou a rebelião. Grande número de ibos morreu nessa guerra; e ainda hoje eles diferem dos nigerianos como nós brasileiros, dos ingleses ou russos. A despeito do domínio militar dos haussás e iorubas, os ibos serão sempre os ibos, sendo mesmo difícil apontar os verdadeiros nigerianos.

A questão de Biafra não foi o primeiro e também não será o último problema secessionista africano. O tribalismo subsiste em muitos pontos do continente.

No Zaire, por exemplo, a guerra do Katanga (atual Shaba) fez milhares de mortos no conflito surgido entre os balubas e os luluas. (Mapa 9) O Zaire é ainda hoje considerado, como o Império Otomano no passado, "o homem doente da África". Assim, a "muito jovem e frívola história do nacionalismo congolês"⁴ nada mais é do que as subidas e descidas de líderes congolezes divididos entre o desejo apaixonado de adotar um estilo político

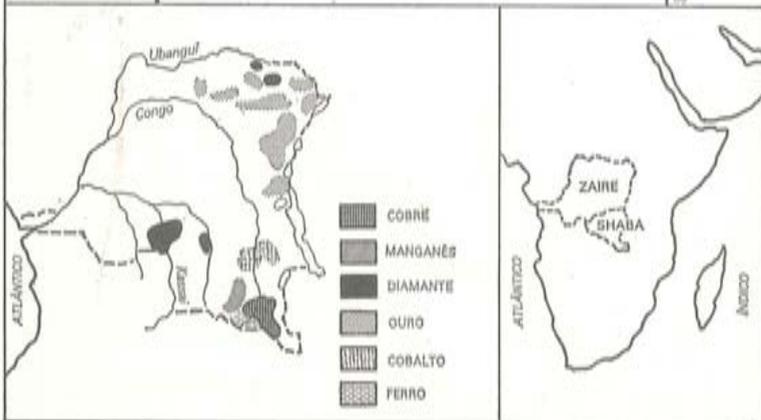
³ Hélio Felgas — *Nigéria/Biafra (A Maior Guerra entre Africanos)*, pág. 13.

⁴ Leia-se zairense, pois o Congo Belga tomou o nome de Zaire.

ZAIRE

MAPA Nº 1

ORGANIZADO POR TEREZINHA DE CASTRO



moderno e eficaz, e a certeza profunda de que não é possível um rompimento brutal com as tradições e o meio".⁵

A independência que foi levando a África para uma suposta democracia, *livrando-a do despotismo colonizador*, nada mais era, para muitos, que o *curso da História*. Curso de uma história que já transcorrerá na América, sobretudo na parte de colonização espanhola, e que em nome do liberalismo da época fugia do absolutismo colonizador para cair no caudilhismo nacional.

O *caudilhismo africano* não tem sido suficientemente forte para impedir as "Katangas" e as "Biafras" em potencial. A África se transformou num autêntico "barril de pólvora", pois sabemos que "os ewes estão longe de se sentirem togoleses, tal como os bamilekas não são cameronenses ou os bangalas e os laris, congolezes".⁶

As *disparidades tribais* não conduzem os novos países africanos a um autêntico sentimento nacionalista durável e muito menos a um governo estável. Provas disso se encontram não apenas na África Negra, de natureza tribal, como também na África Islâmica, mais coesa etnicamente, mas que nem por isso vem mantendo a estabilidade política.

Foi, certamente, concordando com o "curso da História" que John Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, declarava ao chefe nacionalista argelino Ben Bella: "Creio que a Argélia teve a oportunidade de provar que todos aqueles que quiseram impedir o curso da História estavam errados". O fato é que o próprio "curso da História" seria, de fato, mudado, já que Ben Bella surpreendeu seu amigo Kennedy ao visitar Fidel Castro.

A Argélia independente almejava a democracia, mas seu partido único, a Frente de Libertação Nacional (FLN), daria a vitória a Ben Bella, o proclamador da República Popular, cujo curso histórico veio a ser interrompido com o golpe do Coronel Bumedienne (1965).

O curso da História seria interrompido no Zaire e no Togo, com os assassinatos, respectivos, de seus líderes libertadores, Patrice Lumumba e Silvanus Olympio. Seria

⁵ Marcel Niedergang — Ob. cit., pág. 54.

⁶ Hélio Felgas — Ob. cit., pág. 28.

interrompido também para Nkrumah, que, de africanista, passara a neutralista ativo; como governante do primeiro país negro a se tornar independente na África (1957), a República de Ghana (antiga Costa do Ouro), o já falecido Nkrumah, obtendo grande apoio das esquerdas inglesa e estadunidense, e que passara a se orientar em direção ao regime russo, foi deposto em 1966. Assim como aconteceu a Nkrumah, os golpes de estado se sucedem, como: o de Kadhafy contra o velho rei Idris, na Líbia; além dos movimentos que puseram fim à monarquia egípcia, à etiópica e a implantaram na República Centro-Africana com Bokassa. Por outro lado, os que não caíram ou não foram assassinados sobreviveram ou sobrevivem no poder como autênticos "deuses vivos": Kenyata (Quênia), Nyerere (Tanzânia), Senghor (Senegal), Kaunda (Zâmbia), Banda (Malawi), etc.

Que nações elegeram, pois, *grosso modo*, os mandatários africanos de países independentes? Não foram nações e sim nativos de diferentes tribos, que, englobados num mesmo país, tinham que eleger de qualquer modo o seu novo governante.

As mais *grotescas situações* foram e são ainda observadas quando nativos, em sua maioria analfabetos, são levados às urnas, tendo que distinguir os candidatos por meio de cores ou símbolos visuais. Os que não fogem apavorados, acreditando numa cilada, são obrigados a colocar cruces em cédulas eleitorais que exibem elefantes, árvores, crocodilos, etc. Para desviar eleitores, surgem os boatos mais disparatados. Se o crocodilo dá azar para uma tribo, não há quem a faça eleger aquele candidato ali representado, que iria beneficiar o grupo. O fato de colocar cruces ao lado do desenho de uma mão representativa de outro candidato levou seus opositores a inventar que aquilo era indício de que o eleitor queria ter a sua mão cortada; com isso o candidato não foi eleito. "Parece-nos que devemos sustentar o princípio da autodeterminação dos povos, como uma afirmação de liberdade e democracia, mas devemos também nos recordar de que não se trata de reconhecer o fato consumado e que não se pode invocar a autodeterminação para a ditadura de qualquer espécie, pois não se autodeterminam os povos

que não têm direito de manifestar sua vontade livre através das urnas." ⁷

Direito de voto discutível em países há muito independentes quanto mais na própria ainda imatura África.

Assis não é de estranhar que o *despotismo local venha mascarando democracias*, como por exemplo a de Idi Amin em Uganda, que acabou deposto em 1979. Democracias que inexistem em países ainda não formados, onde não há nações e sim conglomerados de tribos. Assim, no dizer de Adriano Moreira: ⁸ "os novos Estados são apenas projetos nacionais sustentados por elites muito restritas".

Se a palavra "colonialismo" havia adquirido significado pejorativo, o *nacionalismo confirmou-se como utopia*. Uma colônia na antiguidade constituía um território para onde imigrava um determinado povo; criava-se aí então um Estado distinto sem conservar com o país de origem a mínima comunidade, a não ser por laços sentimentais. Só a partir do século XVI é que as colônias passaram a se constituir em territórios, via de regra longínquos, unidos à metrópole por laços jurídicos e econômicos. São justamente as colônias de exploração, no dizer de *Leroy Beaulieu* ("De la Colonisation" — 1874), associadas ao sentimento da dominação, que mais tarde *Jules Harmand* ("Domination et Colonisation" — 1910) veio acrescentar para confirmar o duplo caráter econômico e político. A partir de então, a *colonização viria a se confundir com o imperialismo*, já pressupondo um povo forte que submete outro mais fraco. O imperialismo vem de império, que tem origem na palavra latina "imperator", significando general: o império, que gerou o imperialismo, tem por base o fator militar, sendo biologicamente um fator de expansão que conduz a uma simbiose imposta.

Passando-se assim a ignorar as realizações dos europeus, na África o termo colônia era definido como a fase

⁷ Danilo da Cunha e Mello — "A Arma Psicológica", in *Noções Básicas sobre a Guerra Revolucionária*, pág. 126.

⁸ Citado por Rogério de Lima — *A Outra Verdade — Interpretação de um Gráfico de Temperatura Africana*, pág. 97.

da "exploração dos negros pelos brancos" ou "o domínio dos brancos em detrimento dos negros". E, seguindo o "curso da História", as sucessivas ondas de independência se consumaram, sendo comentadas com satisfação pelo "Pravda" com "slogans" como este: "O sol da liberdade está se levantando". Já o "New York Times" via o "curso da História" por ângulo diverso, como "a criação do pequeno 'Kominform' afro-asiático".

As ações comuns em torno de questões de interesses comuns fizeram nascer a realidade do *afro-asiatismo*; cuja consistência teve suas raízes na cooperação afro-asiática, que passou a *existir na própria ONU*, que alberga, a partir de 1952, o grupo afro-asiático.

Daí sugeriu-se a *Conferência de Bandung*, reunida entre 18 e 24 de abril de 1955. Para essa Conferência, cinco governos (Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão), todos na Ásia, convidavam vinte e quatro países, dos quais apenas seis africanos (Egito, Etiópia, Costa do Ouro, Libéria, Líbia e Sudão).⁹

A Conferência, dominada pela Indonésia, Índia, China e também pelo Egito, formando os "Quatro Grandes", foi, na realidade, *em opiniões e objetivos, bem heterogênea*. Nessa Conferência, os quinze países independentes e os quatorze ainda dependentes criaram um clima tão particular que *se esqueceram*, no âmbito das Relações Internacionais, *de, pelo menos, definir teoricamente o afro-asiatismo*; escusaram-se também *de analisar o imperialismo para compará-lo com o colonialismo e caracterizar o neocolonialismo*. Assim, a idéia-força da Conferência, no sentido do não-alinhamento, seria falsa. Em contrapartida, *o propalado não-alinhamento* procurou gerar uma terceira força entre as dissensões leste-oeste, para dar origem à expressão ainda hoje bastante usada de *Terceiro Mundo*.

Presente a China Comunista, mas ausente a Rússia, de Bandung, não se poderia deixar de realizar um outro encontro para a entrada oficial dos soviéticos no mundo afro-asiático.

⁹ Os demais eram: Afeganistão, Cambodjia, China, Iran, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Síria, Tailândia, Turquia, os dois Vietnãs e o Iemen.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vertiginosamente descolonizada entrou a África na chamada fase da "guerra tépida". Em junho de 1978, os antigos colonizadores europeus (França, Inglaterra e Bélgica), ao lado dos Estados Unidos e Alemanha Ocidental, se reuniram em Paris para acertar sobre a formação de um exército exclusivamente africano capaz de repelir as forças russo-cubanas que se instalaram no continente.

As nações pró-Occidente, com destaque a Costa do Marfim, o Marrocos, o Togo, o Gabão e o Senegal, parecem ser os candidatos mais favoráveis. (Mapas 10 e 11). O contingente de tropas marroquinas, que foi substituir a Legião Estrangeira francesa, que fizera frente aos invasores de Shaba (ex-Katanga) em 1978, parece ter sido o primeiro ensaio dessa política.

Trata-se de uma ação dirigida, pois, não havendo maturidade política, será sempre irreal o que disse Bossa Malwai, Ministro da Informação do Sudão (1977): "É muito perigosa a sempre crescente importância das superpotências na África"; se elas permitissem, "resolveríamos sozinhos os nossos problemas".

Poderão mesmo os africanos resolver sozinhos os seus problemas? Como agirão contra o separatismo? Como terminarão com o tribalismo? E os riscos da instabilidade?

Regimes imprevisíveis se instalam em várias repúblicas africanas. Se o historiador clássico, Plínio, vivesse,

veria quão certo estava ao escrever que "da África sempre surge algo novo". Dentro do sistema de regimes imprevisíveis africanos caracterizam-se os golpes de estado e bárbaros assassinatos; levando-se em conta que quase nenhuma mudança de governo ocorreu por processo eleitoral, tem-se ainda neste contexto o fato muito comum de ideologias que mudam da noite para o dia no que se pode chamar de jogo das influências na África. (Mapas 10 e 11)

Assim, quando a França, em 1958, começou a conceder independência à sua África Ocidental e Equatorial, os Estados soberanos que aí surgiam perceberam claramente que não poderiam sobreviver sozinhos, e que para tal necessitavam da ajuda francesa ou de outros países.

Com exceção da Argélia e mais recentemente da República de Djibuti, as ex-colônias francesas não têm produzido convulsões no âmbito das Relações Internacionais; mas nem por isso se poderá dizer que não tenha havido certos casos grotescos ou que vivam fora da instabilidade ou que mesmo para ela se encaminhem.

Bem paradoxal foi o caso do Dahomé, transformado, em 1975, na República Popular do Benin, tendo como filosofia o marxismo-leninismo. Segundo seu presidente, Mathieu Kerekú, que assumiu o poder (1972) após o quinto golpe de estado que se verificara desde a independência (1960), o topônimo foi substituído para renegar o imposto pelo colonizador e lembrar uma "autêntica e brilhante civilização africana". Embora repudiando o branco europeu, a nova bandeira do Benin passou a ostentar a estrela vermelha de cinco pontas, o símbolo do comunismo russo, não menos branco que o francês.

Depois do golpe de Kerekú, verificamos que a metade dos doze antigos territórios da AOF e AEF estava submetida a uma ditadura militar que em nada difere da ditadura civil de Sekú Turé na República da Guiné.

Bem caótica é a situação de países africanos, oriundos da colonização francesa, que ficaram sem saída para o mar. Dentre eles a República Centro-Africana, que, a partir de dezembro de 1976, passou a ostentar o primeiro imperador da África moderna, num continente de repú-

blicas, onde nem mesmo foram respeitadas as antigas monarquias do Egito e Etiópia. O novo imperador africano, Jean Bedel Bokassa, chegava ao poder em 1966, após golpe incruento contra David Dacko. Em 1972, Bokassa, que se dizia admirador de Napoleão Bonaparte, se tornou presidente vitalício, acumulando aos poucos outras funções — marechal-de-campo, comandante das Forças Armadas, secretário-geral do único partido — o MESAN (Movimento para a Evolução Social da África Negra);¹ passando a dirigir também os Ministérios da Justiça, Defesa, Interior, Serviços Públicos e Previdência Social. Conservando as principais funções no país, foi fácil transformar-se num imperador, do Império Centro-Africano, onde a taxa de analfabetismo é superior a 80%.

O caso do Mali é de um país que vive na deriva. Após a independência, houve, com Modibo Keita, a tentativa do estabelecimento de uma sociedade socialista. A insatisfação causou a derrubada de Keita (1968) e o estabelecimento de um regime de várias arestas; e com a abolição da coletivização das fazendas, foi solicitada a ajuda francesa, sendo porém conservados os laços com a China e a Rússia. No Mali, de um Comitê Militar de Libertação saem os governantes do país, que nem por isso escapam de ser depostos. O partido único UDMP (União Democrática do Povo Malinês) não foge à característica africana, como também a da disputa territorial, que, no caso do Mali, se relaciona com o Alto Volta.

A República do Alto Volta, também instável desde 1966, do mesmo modo que a República do Tchad, mostra a indecisão política que reina nesses países. O Tchad, por exemplo, onde membros das Forças Armadas mataram a tiros, em 1975, o Presidente François N'garta, ora fecha suas bases aos franceses, ora assegura o uso de aeroportos à Força Aérea de seus ex-colonizadores.

Na República Popular do Congo, o assassinato do Presidente Marien Nguabi e a subida ao poder do Coronel

¹ Observe-se que o partido não é pela sigla local e sim geral, mostrando o ideal do "Napoleão Africano", deposto pelo próprio Dacko em 1979.

Joaquim Yombi Opango indicam que a instabilidade não é privilégio apenas dos países interiorizados. As ajudas russa e chinesa, ao lado da influência econômica e cultural francesa, confirmam o dirigismo que o presidente (antes chamado Albert Bernard Bongo) procura desmentir, lançando a "gabonização" de seus país. Convertido ao islamismo (1973), passou a se chamar Omar Bongo, afirmando na ocasião que renunciava ao "liberalismo econômico", optando por um "progressismo democrático"; pelo menos em jogo e combinação de palavras a nova África tem sido bastante fértil, adicionando-se a tudo isso a instabilidade política.

A propósito, ainda, vem o caso de Phillibert Tsiranana, o "Pai da Independência Malgaxe", que, endeusado até 1972, destituído pelo General Gabriel Ramanantsoa, teve que se retirar, na obscuridade, para sua aldeia natal de Anauidrano. A instabilidade dentro do mosaico étnico também vigora, pois Tsiranana era um tsimihety, representando o proletariado negro; já Ramanantsoa representa os merinas, tribo malaio-polinésia, remanescente de uma aristocracia acobreada que comanda o Exército.

Já o Camerum, governado, desde 1960, por Amahdu Ahijo, e a Costa do Marfim, por Félix Houphouët-Boigny, desenvolvendo-se na estabilidade, vem contrastando com os seus vizinhos. A "revolução verde", implantada pelo governo do Camerum (1973), destinada a barrar o êxodo rural, associada ao desenvolvimento de sua base essencialmente agrícola, tem tido como seguro complemento a eficaz política do desenvolvimento dos transportes. Já a Costa do Marfim, o país mais rico dentre os que se formaram da dissolução da AOF, vive da diversificação agrícola e encorajamento da iniciativa privada competitiva, que cria clima favorável aos investimentos estrangeiros.

Quanto ao Senegal, para onde sempre convergiu grande parte da atividade comercial e administrativa da França, vinha, pelo menos até bem pouco tempo, demonstrando estabilidade. Dirigido desde sua independência por Leopold Senghor, procurou esse líder, em 1976, em respeito aos 86% das confrarias muçulmanas, rea-

lizar uma "abertura democrática". Assim, uma emenda constitucional permitiu a coexistência legal de três partidos no país. A União Progressista Senegalesa (UPS), liderada pelo próprio Senghor, defende o que ele chama de "socialismo com face humana". Situado à direita da UPS, o Partido Democrático Senegalês (PDS), liderado por Abdullah Wade, se diz "democrata liberal"; e, finalmente, o PAI (Partido Africano Independente), liderado pelo marxista-leninista Mahmud Dio, que esteve exilado durante dez anos (1966-76).

Por ocasião da "abertura democrática" tentou também ingresso na vida política do país o RDN (Reagrupamento Democrático Nacional), dirigido pelo ex-Primeiro-Ministro Mamadú Diá, constituído pelos chamados comunistas-socialistas da linha dura. Não conseguindo sua brecha nessa "abertura democrática", tem procurado o RDN criar os maiores problemas para o governo senegalês de Senghor. Além de fomentar greves, vem editando ultimamente uma revista mensal, "And Soppi", que no dialeto senegalês *wolof* significa — "unir-se para mudar". Inteiramente contestatória, no que se vê pelo próprio nome escolhido, essa revista vem lutando para que o Senegal renegue a influência ocidental, começando pelo abandono do francês, que é o idioma oficial do país.

Dentro deste e outros contextos a África passou a ser um dos grandes alvos da diplomacia francesa, haja vista a viagem feita ao continente por Louis Guiringaud, Ministro das Relações Exteriores da França (1977).

Deseja a França entrar no jogo das superpotências e para tal interveio no Zaire quando da invasão da província de Shaba (1978); e garantiu com tropas, no ano anterior, a independência da República de Djibuti.

No conjunto, sob o ponto de vista geopolítico, o maior interesse francês se prende aos dois extremos do continente africano — no norte, de equilíbrio político precário, ameaçado por expedições militares tanto na região oriental como na ocidental do Sahara; e, no sul, já que faz parte de uma Europa Ocidental dependente do petróleo, que passa pela rota do Cabo.

Esse último fator explica, em parte, as atitudes francesas de rompimento do bloqueio econômico contra a Rhodésia bem como as simpatias pelo governo branco, a cujo Exército fornece armas e combustível. Dentro do fornecimento de apoio logístico ao regime do "apartheid", além das 95 firmas francesas que operam na República da África do Sul, se destaca a venda de centrais nucleares ao governo de Pretória.

Em 1977, a assistência dos Estados Unidos na África foi de 362 milhões de dólares, dos quais 1/5 para gastos de natureza militar. A ajuda russa para fins civis é a metade da estadunidense; embora a ajuda militar venha crescendo consideravelmente nos últimos anos, sobretudo a partir de 1974, quando se desfez o império africano português. Só na Tanzânia foi instalado pelos russos um sistema de defesa aérea no valor de 30 milhões de dólares, que a OTRAG ("Orbital Transport und Raketen Aktiengesellschaft Germany") procurou contrabalançar, visto que poderá, em pleno coração do Zaire, se transformar numa base da OTAN.

Após se tornar o "guardião paternal" dos movimentos nacionalistas, a empresa aérea Aeroflot passou a ligar nada menos que vinte capitais africanas a Moscou. E, tendo em vista a intervenção militar cubano-soviética no continente africano, os Estados Unidos, em reunião da OTAN (1978), afirmavam, através de Carter, que: "A Aliança Atlântica não deve limitar suas atividades à Europa, porque nos últimos anos o poder soviético se expandiu para além da área do Atlântico-Norte".

E a quem se deve essa expansão russa, senão à própria ação do Congresso dos Estados Unidos? Isto porque várias restrições aprovadas pelo Congresso impedem que os Estados Unidos prestem assistência imediata a nações estrangeiras. Entre as principais que se destinaram à África se encontra a Restrição-Seção 25 (Lei de Assistência à Segurança Internacional de 1977). Esta proíbe, durante o ano fiscal de 1978, operações de natureza militar ou paramilitar no Zaire, a menos que o presidente declarasse que tal assistência seria do interesse da segurança nacional e submetesse ao Congresso uma descrição e certificado.

Ora, se a invasão da província de Shaba (1978) fosse esperar por tudo isso que a chamada "democracia" exige do governo estadunidense, o Zaire, bastião do Ocidente, estaria mutilado. A vitória teria sido das tropas invasoras dirigidas pelos cubanos-soviéticos, não fosse a pronta ação franco-belga.

A Angola de Holden Roberto foi derrotada pela Angola de Agostinho Neto sustentada pelos cubano-soviéticos porque a "democracia" nos Estados Unidos assim o exigiu. Pelo menos é o que se pressupõe através da Restrição-Seção 404 (Lei de Assistência à Segurança Internacional e Controle de Exportação de Armas de 1975), proibindo a assistência de qualquer natureza para promover operações militares ou paramilitares em Angola.

No território angolano, como em várias partes da África, a "democracia" estadunidense impede a ação de seu governo mesmo diante de um "diagnóstico de urgência". Nessas condições os Estados Unidos perdem por não se poderem valer da tradicional tendência dos antagonistas de buscarem apoio externo dentro do clássico princípio de que o inimigo do meu inimigo é meu amigo e de que vale a pena a vitória, mesmo que se necessite de ajuda para conquistá-la.

Assim age a China, que, quando perde influência num ponto, procura adquiri-la noutra, mesmo que para isso tenha que se pôr ao lado de potências ocidentais, como agiu no próprio caso de Angola ao lado dos pró-ocidentais. Mantém a China programas de ajuda a 23 nações africanas. Agem assim os chineses dentro da linha geopolítica moderna — pouco lhes interessa saber se os russos têm ou não um plano central para dominar a África, porque têm a convicção de que eles estão determinados a se movimentar para onde quer que os Estados Unidos e seus aliados deixem um vácuo aparente.

Lenine afirmava — "quem conquistar a África dominará a Europa". Diante disso, valerá a pena investir tanto nessa África, o continente de tantos riscos?

Três vezes e meia maior do que o Brasil, o continente africano encerra enormes riquezas em recursos naturais. E foi por isso que Sir Neil Cameron, do Estado-Maior

da Defesa da Inglaterra, afirmou em reunião da OTAN (1977) que "no futuro, a Organização se pode ver obrigada a entrar em guerras periféricas para garantir sua parte nos recursos mundiais".

O fato de se dizer que a Rússia e seus satélites são auto-suficientes em minério vem sendo contestado. Para sua indústria de alumínio, em expansão, vêm os russos importando substanciais quantidades de bauxita da Guiné e da Guiné-Bissau. As importações de metais não-ferrosos estão nos planos dos russos, visto que a produção na Rússia vem crescendo apenas à metade da taxa anual que alcançava uma década atrás. No mesmo caso estão os satélites russos, que, com exceção da Polônia e da România, são dotados de raras matérias preciosas.

No entanto, o mundo comunista, carente de divisas, procura oferecer em troca de tanta riqueza africana, além de maquinaria, outros produtos industriais. Como os países africanos se encontram, à semelhança de Cuba, na faixa de simples exportadores de matérias-primas, podem aceitar as mercadorias russas como substitutas indispensáveis ou então como concorrentes dos suprimentos ocidentais, a despeito de serem estes últimos de qualidade bem superior.

O comércio é tão interessante que mesmo quando o produto adquirido na África não for de todo necessário para a Rússia e seus aliados, será comprado para revenda. Tal fato se deu quando do bloqueio econômico imposto pela ONU à Rhodésia, que foi respeitado pelos Estados Unidos, mas desrespeitado pela Rússia e países da Cortina de Ferro. Assim, os países comunistas compravam cromo na antiga Rhodésia e o revendiam aos Estados Unidos; essa situação durou até que a Emenda Byrd viesse a permitir a importação do cromo rhodesiano diretamente pelos Estados Unidos.

Revendendo ou estocando, os países comunistas, valendo-se da instabilidade política que reina na África, poderão dificultar a vida do Ocidente. Vejamos, pois, o exemplo do próprio cromo, cujo maior produtor é a República da África do Sul, seguida pela Rússia e depois

pela Rhodésia, atual Zimbábwe. Dentro do contexto apresentado, notamos que os dois países africanos ricos em cromo têm ainda futuro incerto.

Importante minério usado na fabricação do aço, é do Zaire de que saem 4/5 das importações estadunidenses de cobalto. (Mapa 9) Os maiores produtores de cobalto, responsáveis pela metade de toda a produção mundial, são, por ordem — o Zaire, a Rússia, a Zâmbia e Cuba. Bastará, portanto, uma guinada para a esquerda dos dois produtores africanos para que o mundo comunista se torne o dominador potencial do mercado de cobalto. Embora se diga que o Ocidente poderia reagir partindo em busca das fontes alternativas de suprimento, será bem longo o período necessário para que a mina ou a usina de processamento dos minérios atinja o seu ritmo normal.

Assim, a posição ocupada pela República da África do Sul, Zimbábwe, Zaire e Zâmbia, como grandes produtores de treze minérios de suma importância (diamante, ouro, vanádio, metais do grupo platina, cromita, cobalto, manganês, chumbo, urânio, amianto, níquel, zinco e cobre), confere ao setor meridional do continente africano destacado papel geoestratégico no quadro das Relações Internacionais.

Nesse âmbito regional "os cruzados modernos do Continente Negro" ou então formadores de uma versão contemporânea da Santa Aliança — Julius Nyerere (Tanzânia), Samora Machel (Moçambique), Keneth Kaunda (Zâmbia) e Seretz Khama (Botswana) — se aproximaram para uma luta sem trégua contra o governo de minoria branca instalado por Ian Smith na antiga Rhodésia. Numa Rhodésia, cujo número de brancos era avaliado em 250 mil pessoas, enfrenta 6 milhões de negros numa área de 390.580 km², pouco maior que a do nosso Estado do Maranhão (332.174 km²).

Só a Tanzânia recebia em março de 1976 cerca de 700 russos, que, sob pretexto de prestigiar a semana do filme russo nesse país, se dirigiram para dois acampamentos instalados a leste do lago Niassa. Pelo acordo

dos "Cruzados" coube à Tanzânia treinar os guerrilheiros, pois já se mostrara eficiente na ação quando auxiliou os combatentes da FRELIMO na independência de Moçambique.

Integrando o grupo dos "Cruzados", Moçambique, além do dispositivo armado em suas bases aéreas do Pung-We e Tete, se incumbia da formação e manutenção dos "santuários" em suas fronteiras, de onde partiam os ataques à Rhodésia.

Já a Zâmbia se mantinha no grupo para uma eventual terceira frente, pois à debilidade dos meios militares de que dispunha se associava o obstáculo natural do rio Zambeze. Encontrava-se, pois, nessa "Cruzada" contra a Rhodésia em situação semelhante à de Botswana, que, dentro de sua fragilidade, só podia mesmo era oferecer a sua solidariedade. "A verdade é que a posição da Zâmbia não é nada fácil, dada a sua situação geográfica de autêntica porta da Rhodésia e da África do Sul".²

Assim, a pressão contra a Rhodésia se exerceu ao longo dos 1.400 km da fronteira com Moçambique, numa tática simples mas que trouxe o resultado do desgaste. Sem poder realizar um combate frontal, os guerrilheiros procuram desorganizar e desmoralizar o país de minoria branca entre eles engastado. Guerrilhas que só tinham trégua, praticamente, quando no curto inverno austral a vegetação baixa não permitia a ofensiva.

Proscrita pelas nações do Ocidente, desde que se tornou independente unilateralmente dentro do apartheidismo, a Rhodésia, a despeito do bloqueio econômico, não só sobreviveu como, na realidade, viveu muito bem. É que tanto seus vizinhos "inimigos" quanto seus "opositores" ocidentais tornaram os circuitos misteriosos da economia rhodesiana muito mais bem protegidos que muitos segredos militares. A tal ponto chega essa política que George Tracy, promotor das transações externas da Rhodésia, fez a seguinte blague: "Enquanto os políticos discutem no salão os comerciantes assinam contratos na cozinha".

² Hélio Felgas — *Os Movimentos Subversivos Africanos*, pág. 17.

No mundo ocidental, a França figurava como o principal fornecedor da Rhodésia, embora sendo um dos países que apoiaram as sanções econômicas impostas pela ONU; afirmavam, assim, os rhodesianos que não chegariam a agüentar dois meses os ataques guerrilheiros não fosse o equipamento militar fornecido pela França.

Apesar da vigência do bloqueio, a estação de Victoria Falls, no noroeste da Rhodésia, se transformava no entroncamento ferroviário distribuidor de produtos que demandavam a Zâmbia, sua "inimiga", que desde 1973 lhe fechara oficialmente a fronteira. O trem que partia de Victoria Falls, após percorrer cerca de 3 km, chegava a um viaduto construído numa garganta de 100 metros, no Zambeze; aí a locomotiva rhodesiana era substituída por outra zambiana e o trem seguia o seu destino normalmente. Assim, através da Rhodésia, a Zâmbia comerciava e comerciava com a República da África do Sul, exportando, através desse país seu "inimigo", o cobre para Durban e Cidade do Cabo. E, nesse ir e voltar, circulam também os produtos rhodesianos muitas vezes rebatizados com o "made in Zaire".

Nesse conflito, alimentado por blocos ou grupos que se digladiam no âmbito das Relações Internacionais, os países negros pobres mantêm uma "guerra tépida" com os países brancos ricos. E, nessa "guerra tépida", foi a guerrilha que, na realidade, atingiu mais profundamente a Rhodésia. E, dentro do contexto, os chamados "Governos da Linha de Frente" formados contra a Rhodésia contaram com o beneplácito da OUA e o apoio comunista.

Para a Rússia, o fato inicial consiste em acertar as coisas através dos guerrilheiros, para depois então recompensar a quem melhor lhe convier, visto que, quando nascesse a planejada República do Zimbabwe, estaria constituído mais um foco de divergência tribal na África. Receando que Zimbabwe nascesse das cinzas guerrilheiras, dominada pelo comunismo, os governos da Inglaterra e dos Estados Unidos tentavam, em vão, há vários anos, uma solução pacífica. Enquanto isso não acontecia, a Rhodésia se mantinha como mais uma das várias zonas de fricção no quadro conturbado do continente africano.

As matas rhodesianas proporcionavam esconderijos para as guerrilhas, o tipo mais dispendioso de luta que existe. A Rhodésia toda se transformou numa área de operações; os brancos até os 37 anos passam a metade do ano em serviço militar, já que a única resposta efetiva da Rhodésia tem sido a contra-ofensiva também guerrilheira.

Situação que durou até 18 de abril de 1980, quando após 90 anos de dominação inglesa, 15 anos de rebelião constitucional à Coroa e 7 anos de guerrilhas, surgia a República de Zimbabwe.

No outro extremo do continente, desde que o geólogo Flamand assinalou a presença da hulha nas imediações de Kenadja, o primeiro mineral descoberto no Sahara, o deserto africano passou a ser denominado por expressões pomposas — "Novo Alaska", "Novo Ruhr" e "Eldorado".

As principais jazidas, que começaram a ser exploradas depois da Segunda Guerra Mundial, mostraram que o grande deserto não era um espaço vazio, mas que, para explotá-lo, teria o homem que lutar contra a distância e a aridez. O homem venceu quando o petróleo passou a ser explotado em Hassi-Messaud, na Argélia, em 1958; e quando mais de 25 milhões de francos foram investidos em três outras jazidas localizadas nas imediações e na fronteira com a Líbia, que é hoje um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Em 1954, foram descobertas as reservas de gás natural, bem como jazidas de cobre, manganês, ferro, carvão, potássio, chumbo, zinco, antimônio e mercúrio.

Nessas condições, o grande deserto, mantido geopoliticamente na esfera de vários países africanos, transformou-se numa zona estratégica, onde a segurança da exploração e circulação devem ser absolutas.

Nessa área, a principal zona de fricção se encontra no Sahara Espanhol, abandonado pela Espanha e ocupado militarmente pelo Marrocos, que o dividiu com a Mauritânia, desde 1976. Assim, Sagula-el-Hamra, ao norte, e Rio de Oro, ao sul, emprestaram a sua primeira sílaba para que se formasse a sigla Frente Polisário

(Frente Pró-Libertação Saguia-el-Hamra e Rio de Oro), que se considera como o prolongamento natural dos movimentos de resistência ao colonizador. No caso, os "colonizadores" são o Marrocos e a Mauritânia; assim, o sul do Marrocos e o oeste da Mauritânia são hoje zonas de total insegurança.

Pretende aí a Frente Polisário criar a República Árabe Saauri Democrática, reconhecida pela OUA; e, indiretamente, pela própria ONU, que desde 1974 não reconhece os direitos marroquinos e mauritanos, mas sim o de autonomia do povo saauri. Eis aí, pois, uma quase réplica do que se passa na Namíbia, sendo mais uma área do continente que se vem prestando à ação das guerrilhas.

A Frente Polisário, formada por população nômade vinda do Sahara Ocidental e refugiada em território argelino, mostra que o conflito entre o Marrocos e a Argélia é notório. Envolve ainda no âmbito regional a Mauritânia, como também a Líbia e Angola, que fornecem os guerrilheiros. No âmbito das Relações Internacionais, o fato de serem esses guerrilheiros armados com material russo levou a França a se colocar ao lado do Marrocos. Mesmo porque o ataque a Zuerat, cidade mineira da Mauritânia, próxima da fronteira argelina (1977), mostrou que, se De Gaulle procurou situar-se estrategicamente num "Terceiro Mundo", entre o Ocidente e o Oriente, o mesmo não pôde fazer Giscard d'Estaing. A questão envolve, ainda, a própria OTAN, pois esse litoral do antigo Sahara Espanhol, ao lado do arquipélago das Canárias, tem importância estratégica notória, visto cobrir a saída do Mediterrâneo para o Atlântico.

Na atualidade, o grande fator da unidade política do Marrocos se prende à questão do Sahara Espanhol, que, desde 1975, após a chamada "Marcha Verde", os marroquinos conseguiram do governo de Madrid. Em nome da chamada "unidade árabe" o Marrocos e a Argélia não deviam manter essa luta; mas, por outro lado, os marroquinos não pretendem abrir mão de toda essa riqueza em potencial.

O problema desta região é tanto econômico quanto estratégico.

No primeiro caso o foco está em Bu Craa, onde se encontra uma grande mina de fosfato, da qual, antes de estourar o conflito, se retiravam diariamente 25.000 toneladas de minério com 80% de pureza, através de duas gigantescas dragas. (Mapa 19) O minério é encontrado quase à flor da terra, em profundidades que variam dos 5 aos 18 metros. De Bu Craa era o minério transportado pela maior esteira rolante do mundo, 100 km através do deserto, até o porto de Aiun. Assim, o separatismo insuflado aí se conduz dentro dos mesmos objetivos que os do Zaire na província mineira de Shaba: anular um país retirando-lhe a região economicamente vital.

Como o Zaire, o Marrocos vive cercado de regimes simpáticos à esquerda, sobretudo a Argélia e a Líbia, visto que a Tunísia vem pesando pouco na balança do Maghreb.

Obtida a separação de Saguia-el-Hamra, conseguir-se-á anular economicamente o Marrocos, tendo então os argelinos facilmente o governo de Rabat nas mãos. Nessa disputa, pois, a Argélia demonstra o objetivo de implantar a sua hegemonia no Maghreb, o que não seria nada mau para a Rússia, pois tanto Aiun como Dakhla (antiga Vila Cisneros) seriam excelentes bases para integrar o conjunto que a Marinha russa já tem na África.

Assim, ao lado do interesse francês pela região, se desenvolve o russo, já que vários geólogos de países orientais comunistas vêm pesquisando o petróleo desde a Mauritânia até a República Popular do Congo e da Etiópia até Moçambique. E, no centro das duas linhas — ocidental e oriental — situa-se a instável República Centro-Africana, onde a chave de tudo está no urânio, de grande interesse para os franceses. Não foge também às pesquisas o próprio Atlântico, ao longo da costa da República da Guiné, onde se encontra, graças à boa vontade do governo de Conacri, um grupo de oceanólogos e geólogos da Ucrânia.

No coração da África, o Zaire, por sua riqueza mineral e posicionamento, é também de grande importância no âmbito das Relações Internacionais. É o maior produtor de diamantes industriais; suas minas de cobre garantem 2/3 dos lucros das exportações; em seu solo são ainda encontradas minas de cobalto, ouro, cassiterita, manganês, estanho e zinco. É o 3.º maior país da África com os seus 2.345.409 km², tendo pouco menos que os nossos Estados do Pará e Amazonas reunidos. Mas não é por sua área e riqueza somente que o Zaire se demonstra importante. Sua importância principal reside na posição geográfica; o que levou Mao-Tsé-Tung a dizer que quem controlasse essa região poderia manipular toda a África. O Zaire tem, no oeste, acesso ao Atlântico em funcional corredor; no norte, sua fronteira com o Sudão parte numa linha reta em direção ao mar Vermelho. Daí a importância geopolítica como também geoestratégica do Zaire para os russos, ante a possibilidade de um "cinturão de ferro" formado por Estados comunistas desde o Atlântico até o mar Vermelho, numa diagonal que vá de Angola até a Etiópia.

Daí a importância para o mundo ocidental do acordo assinado em 1975 por Mobuto Sese Seko com a OTRAG ("Orbital Transport und Raketen Aktiengesellschaft Germany"), que se traduz como Sociedade de Transporte Orbital e de Foguetes; através desse acordo, são concedidas largas prerrogativas em 10% da área total do Zaire à Alemanha Ocidental.

Com a instalação da OTRAG, o Zaire passou a contar com uma autêntica base da OTAN, pois a essa Organização pertence a Alemanha Ocidental; e a OTAN, por sua vez, com um autêntico ponto nevrálgico nessa conturbada zona africana.

Caberá à OTRAG criar uma área de operações para, como diz o acordo, favorecer o "lançamento de foguetes portadores de engenhos à atmosfera e ao espaço; e a todas as atividades de qualquer domínio que a estas se liguem direta ou indiretamente". Além do gozo integral do território cedido, o espaço aéreo do mesmo está interdito, só sendo permitidos vôos de aeronaves autorizadas pela empresa alemã.

Assim, quer no conjunto africano, quer no âmbito das Relações Internacionais, a OTRAG não deixa de ser um ponto de equilíbrio, equacionando-se com as bases russas na Tanzânia; pondo, por outro lado, sob sua mira não só a Tanzânia mas também a Zâmbia, Angola e a Rhodésia.

Este "heartland" da África, a que se junta por sua importância a Nigéria, com o separatismo de Biafra passou-se para o âmbito das Relações Internacionais quando a França e Portugal apoiaram os rebeldes do Coronel Odumegbo Ojukú de um lado, ficando a Rússia e a Inglaterra com o poder central do outro (1967). A despeito do término da guerra de Biafra, a instabilidade política passou, a partir de 1970, a ser fator quase que permanente. Em 1974, o General Yakubu Gowon, pertencente a uma pequena tribo cristã, foi deposto pelo haussá General Murtala Rufai Mohamed. Por sua vez, as tensões étnicas, reavivadas pelo desejo de dividir ainda mais a federação de 12 para 19 Estados, levaram o Coronel Dimka a assassinar Rufai. O movimento rebelde se alastrou, sendo, porém, sufocado pelas tropas legalistas, que entregaram o poder ao General Olesugun Obasanjo (1976).

A Nigéria, caracterizadamente contrária ao movimento apartheísta da África do Sul e defensora dos movimentos nacionalistas, foi sempre o principal competidor do Zaire na hegemonia da África Negra. O ponto crítico entre os dois rivais foi justamente a guerra pela emancipação de Angola, na qual a Nigéria apoiou a facção de Agostinho Neto, colocando-se ao lado da Rússia. A razão para tal foi a entrada da República da África do Sul ao lado das outras facções angolanas, sobretudo a de Holden Roberto, nitidamente pró-ocidental. O ódio que o governo nigeriano nutre pelo apartheísmo se justifica nessa frase comumente ouvida no país — "no momento em que uma única formiga sul-africana cruzar a fronteira, todo o quadro muda de figura".

Tendo apoiado a facção angolana perdedora, o Zaire, com seu diminuto litoral atlântico, perdeu a amizade de Angola, sua vizinha e dona da mais ampla costa. Pelo contrário, a Nigéria passou a contar com a simpatia de Angola, valioso Estado, o terceiro em potencial na África

Negra. Dentro deste contexto alguns diplomatas nigerianos chegam a aventar a idéia de um "Eixo Atlântico-Sul" formado por um triângulo ligando a Nigéria, Angola e o Brasil. "Na verdade somos uma nação que deve pensar intercontinentalmente; e o Atlântico-Sul nos conduz à África, a que tudo nos liga, desde as similitudes da geografia (climas, solos, vegetação), até as forças étnicas, as precedências históricas e os interesses econômicos. O Atlântico-Sul nos une a quase toda a África Ocidental e nos sugere uma política de esplanadas,³ intercontinental, que melhore não somente nossas condições de proteção e segurança, mas nossas alianças econômicas e de amizade. Somos, assim, pela nossa própria extensão e posição no Atlântico-Sul, uma nação intercontinental e um protagonista das Relações Internacionais com o mundo africano."⁴

A Nigéria (923.768 km²), com sua área equivalente à do Nordeste brasileiro (969.763 km²), que é o gigante da costa ocidental da África; e Angola (1.246.700 km²), com área semelhante à do nosso Estado do Pará (1.229.983 km²), se constituem sob vários pontos de vista em "Brasis da África Negra". De Angola o passado nos aproxima, e a língua no presente nos une. Já a Nigéria repete em escala menor o fenômeno brasileiro na América do Sul; com sua população de quase 80 milhões de habitantes, mostra que, ao sul do Sahara, um em cada quatro africanos é nigeriano.

Além do estanho e carvão, as abundantes reservas de petróleo da Nigéria — 20 bilhões de barris de preço alto e de baixo teor de enxofre — levaram-na a participar da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo); assim, a Nigéria e o Gabão são os dois únicos países negros a participar do grupo.

Como no Brasil, as principais cidades angolanas estão no litoral, voltadas para o Atlântico; e, como no Brasil, o café constituiu sempre o principal produto, com 45% do total exportável. Além do petróleo, a riqueza

³ Termo traduzido do espanhol — "glacis defensivo".

⁴ José Honório Rodrigues — *Brasil e África — Outro Horizonte*, pág. 345.

mineral angolana se destaca pelos diamantes e minério de ferro de primeira qualidade; além dos depósitos de cobre, manganês, fosfato e sal, foram descobertos em 1975 depósitos de urânio na fronteira com a Namíbia.

Angola se encontra entre dois focos separatistas — o de Shaba, no Zaire, ao norte; e ao sul o da Namíbia, na República da África do Sul.

O antigo Sudoeste Africano, de colônia alemã, passou, depois da Primeira Guerra Mundial, sob forma de Mandato da Liga das Nações, a ser administrado pelos sul-africanos. Criada a ONU, a Carta de 1945 instituiu a Tutela através da qual todos os antigos territórios sob mandato deviam ser, gradativamente, conduzidos à independência. A 31 de agosto de 1976 esgotou-se o prazo dado pela ONU para que a República da África do Sul se retire da Namíbia.

Nesse território, ainda não abandonado pela República da África do Sul, coabitam 11 tribos, dentre as quais a mais numerosa é a dos ovambos. Com seu território árido, mas de subsolo rico (urânio, cobre, zinco e lítio), já em exploração por empresas multinacionais, é a Namíbia o foco principal das divergências entre a África Negra, de um lado, e a República da África do Sul apartheísta, do outro.

Aí, como no Shara Espanhol, a geopolítica é tão importante quanto os recursos naturais; se a rota marítima do cabo da Boa Esperança, coberta pelo litoral da Namíbia, passagem necessária de aproximadamente 70% dos materiais estratégicos necessários aos países da OTAN, vier a ser bloqueada, o mundo poderá ver-se verticalmente cortado ao meio, mesmo que o canal de Suez não seja fechado. Só este fato reflete a importância geopolítica e geoestratégica que tem a Namíbia para a África do Sul, e esta para as nações em confronto no continente africano.

Na República da África do Sul vivem cerca de 18 milhões de negros ao lado de 4 milhões de brancos. Cada pessoa recebe, no país, uma classificação pela raça: os brancos são de origem européia; os bantús ou africanos são negros de qualquer tribo; os asiáticos, estimados em um milhão de pessoas, são representados pelos indianos

e paquistaneses; e os mestiços, que se calculam em cerca de 3 milhões de pessoas.

Neste verdadeiro mosaico étnico do apartheidismo, instalado num continente onde o tribalismo predomina, o divisionismo branco é um fato. Assim como só os brancos podem votar, a oposição ao governo é feita pelos 40% de brancos de origem inglesa aos 60% de afrikaners, que ocupam o poder.

A separação entre os afrikaners e os de origem inglesa reflete o secessionismo canadense representado pelos anglo-franceses. Tal como ocorre no Canadá, na República da África do Sul o afrikaner, língua derivada do holandês, é oficial e obrigatoriamente ensinado nas escolas ao lado do inglês; a programação da televisão é igualmente dividida; os jornais, os anúncios, os rótulos de remédios e até o catálogo de telefone são escritos nas duas línguas.

Ao lado do apartheidismo, com relação aos demais grupos, o divisionismo entre brancos de origem inglesa e os afrikaners é um fato, a começar pelas escolas. Enquanto politicamente, diante da posição inflexível dos afrikaners com relação ao apartheidismo, os de origem inglesa procuram defender numa liberalização do regime o fim da segregação racial.

Os afrikaners, que se orgulham de estar na África há mais de 300 anos, se consideram tão africanos como se consideram brasileiros os negros que vivem no Brasil. Consideram-se realmente como uma tribo ou nação africana branca, cristã calvinista, e seu idioma, o afrikaner, é a única língua branca criada fora da Europa.

Militam na República da África do Sul três partidos políticos — o Nacional, que é governo; o Unido, centrista, unindo conservadores e liberais; e o Progressista Reformado, que procura formar uma frente ampla para vencer o Nacional, que é praticamente imbatível.

Como a discriminação racial não se pode conciliar com a unidade nacional, a República da África do Sul é dominada por minoria branca mas não escapa ao separatismo, já que é "slogan" da oposição de origem inglesa: "Somos parte do sistema, quer gostemos ou não".

Outro ponto onde é fato não o separatismo, mas sim o fenômeno desintegrador africano, é o dos três países do leste, que ganharam a independência da Inglaterra na década de 1960. Quando os três se tornaram independentes, havia entre eles uma forte estrutura de unidade institucional e administrativa. Isto se via na moeda comum, no sistema fiscal integrado, num mercado comum de fato, nas empresas de capital misto, numa burocracia comum, etc.

Os três países do leste faziam do inglês, ao lado do suahili, a sua língua franca. O constante cruzar de fronteiras deu similaridade de composições étnicas indígenas aos três países. Até mesmo os três partidos: a UNAT (União Nacional Africana de Tanganica), a UNAQ (União Nacional Africana do Quênia) e o CPU (Congresso do Povo de Uganda) cooperaram na luta contra o colonialismo.

No próprio momento da independência desses três países nascia, coincidentemente, a OUA. Mas, no seio desses três países — Tanganica, Quênia e Uganda —, faltou o elo; faltou uma "verdadeira Prússia" no leste africano. Faltou o elo mesmo no momento em que os três países se reuniram em Nairobi (1963), para se comprometerem a formar a Federação do Leste Africano. Nem mesmo o Tratado de Cooperação do Leste Africano (1967) conseguiu conter a desintegração dos três. Desintegração que se deve em grande parte às pressões; pressões formadas no âmbito das Relações Internacionais, no qual funcionaram grupos de interesses e decisões desordenadas, levando os três países do leste africano a divergências de política e de práticas.

Assim, o Quênia, onde, na época da independência, predominava uma estrutura econômica fortemente baseada nos moldes capitalistas, se manteve dentro de moldes da Europa Ocidental. A Tanganica, que se uniu à ilha de Zanzibar para formar a Tanzânia, avançou gradualmente para um sistema comunal. No momento em que Obote aproximava Uganda dos ideais da Tanzânia foi derrubado por Idi Amin Dadá (1971), cujos excessos mostraram que para ele a ideologia tinha pouco peso.

Assim o leste se desintegrou: a própria Universidade do Leste Africano se dividiu em três: a moeda comum foi substituída por sistemas monetários nacionais, sendo criados três bancos centrais separados.

“Os Estados Africanos não estão a conferir-se no valor da consciência nacional e da própria unidade nacional. A própria Carta da Organização da Unidade Africana, formulada em Adis-Abeba, em maio de 1963, é um documento mais defensivo do que proponente... Mas a Carta da OUA não explicita o que significa para os africanos que a formularam a expressão da unidade africana. Se é apenas um dar de mãos para fronteirar o continente, é insignificado.”⁵

O leste desintegrado, sobretudo Quênia e Uganda, se encontra às portas de um “novo barril de pólvora” — região da Cornucópia Africana.

A Grande Somália é uma região que fica no nordeste da África, assim denominada por ser habitada pelos somalis. Trata-se de uma zona geográfica formada por um triângulo irregular cujo vértice é ocupado pelo cabo Guardafui. Esta região triangular tem o nome de Cornucópia Africana. (Mapa 15)

A Segunda Guerra Mundial impediu a Itália, dominando a Etiópia e parte da Somália, de realizar a integração desse núcleo geohistórico da Cornucópia Africana. Depois do conflito passavam a coexistir aí: a República da Somália, nascida da união dos territórios italiano e inglês (1960); a Etiópia unida à Eritreia como Estado Federado, obtendo por isso uma saída para o mar Vermelho; e a Somália Francesa, que em junho de 1977 se transformava na República de Djibuti.

O ideal da Grande Somália poderia ser posto em prática pela Etiópia, mas a isso se oporia o pan-arabismo; e assim o problema da Cornucópia Africana passou a se caracterizar por suas fronteiras indefinidas e arbitrariamente delimitadas.

A República de Djibuti, o último território a se tornar independente nessa região, nasceria envolvida e

⁵ Fernando Sylvan — *Comunismo e Conceito de Nação em África (Ensaio de Psicologia Social)*, págs. 75 e 77.

QUADRO POLÍTICO

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1980)

País	Nome oficial	Capital	Língua oficial	Área (km ²)	Data nacional (Independência)
África do Sul	República da África do Sul	Cidade do Cabo (Legislativa); Pretória (Administrativa)	Inglês e Afrikaner	1.221.037	31 de maio (Proclamação da República)
Alto Volta	República do Alto Volta	Uagadugu	Francês	274.200	1958 (Indep.) 11 de dezembro (Procl. da República)
Angola	República Popular de Angola	Lusanda	Português	1.246.700	11 de novembro de 1975
Argélia	República Democrática e Popular da Argélia	Argel	Árabe (Francês Semi-oficial)	2.381.741	5 de julho de 1962
Benim (Antigo Dalmé)	República Popular do Benim	Porto Novo	Francês	112.622	1.º de agosto de 1960
Botswana (Antiga Bechuanalândia)	República de Botswana	Gaborones	Inglês	600.372	30 de setembro de 1966
Burundi	República do Burundi	Usumbura	Rundi (Dialeto bantú) Francês (Semi-oficial)	27.834	1.º de julho de 1962
Cabo Verde (Arquipélago)	República de Cabo Verde	Praia (Ilhe de São Tiago)	Português	4.033	5 de julho de 1975

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1980)

País	Nome oficial	Capital	Língua oficial	Área (km ²)	Data nacional (Independência)
Camerum	República Unida do Camerum	Yaundé	Francês e Inglês	475.442	1.º de janeiro de 1961
Centro-Africano (antigo Ubangui-Chari)	Império Centro-Africano	Bangui	Francês	622.984	3 de agosto de 1958
Congo	República Popular do Congo	Brazzaville	Francês	342.000	15 de agosto de 1960
Costa do Marfim	República da Costa do Marfim	Abidjan	Francês; Diula (Dialeto semi-oficial)	332.463	7 de dezembro de 1960
Djibuti (Antiga Somália Francesa)	República de Djibuti	Djibuti	Francês	21.783	27 de junho de 1977
Egipto	República Árabe do Egipto	Cairo	Árabe	1.001.449	23 de julho (Revolução)
Etiópia	Etiópia	Adis-Abeba	Amárico	1.221.900	13 de setembro (Revolução popular)
Gabão	República do Gabão	Libreville	Francês	267.667	17 de agosto de 1960
Gâmbia	Gâmbia	Banjul	Inglês	11.295	18 de fevereiro de 1962
Ghana (Antiga Costa do Ouro)	República de Ghana	Acra	Inglês	238.537	6 de março de 1957

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1980)

País	Nome oficial	Capital	Língua oficial	Área (km ²)	Data nacional (Independência)
Guiné	República da Guiné	Conacri	Francês	245.947	2 de outubro de 1958
Guiné-Bissau	República da Guiné-Bissau	Bissau	Português	36.125	10 de setembro de 1973
Guiné Equatorial (Antiga Rio Muni - Ilhas Fernando Pó, Corisco, Elobey e Annobón)	República da Guiné Equatorial	Malabo (Ex-Santa Isabel)	Espanhol	28.051	12 de outubro de 1968
Lesoto (Antiga Basutolândia)	Reino de Lesoto	Maseru	Inglês e Sesoto (Dialeto)	30.355	4 de outubro de 1966
Libéria	República da Libéria	Monróvia	Inglês	111.369	26 de julho de 1847
Líbia	República Popular Árabe da Líbia	Tripoli	Árabe; Inglês e Italiano (Semi-oficiais)	1.759.540	1951 (Indep.) 1.º de setembro (Revolução)
Madagascar	República Democrática de Madagascar	Tananarive	Francês e Malgaxe	587.041	1961 (Indep.) 28 de maio (dia da liberdade africana)
Malawi (Antiga Niasalândia)	República do Malawi	Lilongwe	Inglês	118.494	6 de julho de 1966

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1980)

País	Nome oficial	Capital	Língua oficial	Área (km ²)	Data nacional (Independência)
Mali (Antigo Sudão Francês)	República do Mali	Bamako	Francês	1.240.800	22 de setembro de 1960
Marrocos	Reino do Marrocos	Rabat	Árabe e Francês	458.730	18 de novembro de 1971
Maurício (Arquipélago)	Mauritius	Port Louis	Inglês	1.865	12 de março de 1960
Mauritânia	República Islâmica da Mauritânia	Nusackhott	Árabe e Francês	1.030.700	28 de novembro de 1960
Mocambique	República Popular de Moçambique	Maputo (Ex-Lourenço Marques e Ex-Cam-Phumo)	Português	783.030	25 de junho de 1975
Ngwane (Antiga Sussulândia)	República do Ngwane	Mbamane	Inglês e Siswati (Dialeto)	17.363	6 de setembro de 1968
Níger	República do Níger	Niamey	Francês	1.267.000	3 de agosto de 1960
Nigéria	República Federal da Nigéria	Lagos	Inglês	923.768	1.º de outubro de 1960
Quênia	República do Quênia	Nairóbi	Inglês e Suahili (Dialeto)	582.646	12 de dezembro de 1963

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1980)

País	Nome oficial	Capital	Língua oficial	Área (km ²)	Data nacional (Independência)
Ruanda	República de Ruanda	Kigali	Francês e Suahili e Kinyarwanda (Dialeto)	26.338	1.º de julho de 1962
S. Tomé e Príncipe (Ilhas)	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	S. Tomé	Português	61	12 de julho de 1975
Senegal	República do Senegal	Dakar	Francês	196.192	4 de abril de 1960
Serra Leoa	Serra Leoa	Freetown	Inglês	71.740	19 de abril de 1961
Seychelles (Arquipélago)	República das Seychelles	Vitória	Inglês e Criolo (Dialeto)	376	29 de junho de 1976
Somália (Ex-Somália Inglesa e Italiana)	República Democrática da Somália	Mogadíscio	Árabe, Italiano e Inglês	637.657	26 de junho de 1960
Sudão	República Democrática do Sudão	Khartoum	Árabe	2.505.813	1.º de janeiro de 1956
Tanzânia (Antiga Tangânica e Ilha de Zanzibar)	República Unida da Tanzânia	Dar-es-Salaam	Inglês e Suahili (Dialeto)	945.087	26 de abril de 1964 (Dia da união)

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1980)

País	Nome oficial	Capital	Língua oficial	Área (km ²)	Data nacional (Independência)
Tchad	República do Tchad	N'Djamena (Ex-Fort Lamy)	Francês	1.284.000	11 de agosto de 1960
Togo	República do Togo	Lomé	Francês	56.000	27 de abril de 1960
Tunísia	República da Tunísia	Túnis	Árabe e Francês	163.610	20 de março de 1956
Uganda	República de Uganda	Kampala	Inglês e Suanili (Dialeto)	236.036	9 de outubro de 1962
Zaire (Antigo Congo Belga)	República do Zaire	Kimshasa (Ex-Leopoldville)	Francês	2.345.409	30 de julho de 1960
Zâmbia (Antiga Rodésia do Norte)	República de Zâmbia	Lusaka	Inglês	752.614	24 de outubro de 1964
Zimbabue (Antiga Rodésia)	República do Zimbabue	Salisbury	Inglês	290.580	18 de abril de 1980
Regiões em Pendência					
Namíbia (Sudreste Africano)		Windhoek		824.000 Km ²	
Sahara (Rio de Oro)		Dakhla		226.000 Km ²	

EDITORIAL DE 1981

As obras deste Editorial estão sendo distribuídas aos Assinantes da Biblioteca do Exército.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

O OUTRO LADO DA COLINA

Liddell Hart

GERÊNCIA PARTICIPATIVA

Francisco Gomes de Matos

A GEOPOLÍTICA ENERGÉTICA

Melvin A. Conant e Fern Racine Gold

ÁFRICA — GEOHISTÓRIA, GEOPOLÍTICA e
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Therezinha de Castro

LEMBRAI-VÓS DE 351

Gen Ferdinando de Carvalho

ANCHIETA

Joaquim Thomaz

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA
DO PARAGUAI

Gen Paulo de Queiroz Duarte

VILAGRAN CABRITA E A ENGENHARIA DE
SEU TEMPO

Gen A. de Lyra Tavares

FRANKLIN DÓRIA

Gen A. de Lyra Tavares

NOVA DIMENSÃO DA HISTÓRIA MILITAR

Russell F. Weigley

As melhores obras
dos melhores autores
aos assinantes da BIBLIEX.
Valor da assinatura para 1981:
Cr\$ 960,00



Monumento aos Voortrekker (Pioneiros Boers) em Pretória África do Sul

Santuário, simbolizando o Great Trek (1838) com sua muralha de carroças, suas figuras gigantescas dos líderes boers e, no interior, a imponente galeria dos heróis.

Nota: Great Trek — A grande emigração dos boers de Cape Colony, em 1836, da qual resultou a fundação da República da África do Sul.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Publicação 510
Coleção General Benício
Volume 189